

GRUPO I – CLASSE V – Plenário

TC 025.143/2013-1

Natureza: Relatório de Levantamento.

Entidades: Governo do Estado do Rio de Janeiro; Prefeitura Municipal de Angra dos Reis - RJ; Prefeitura Municipal de Barra Mansa - RJ; Prefeitura Municipal de Itaperuna - RJ; Prefeitura Municipal de Mangaratiba - RJ; Prefeitura Municipal de Niterói - RJ; Prefeitura Municipal de Nova Friburgo - RJ; Prefeitura Municipal de Petrópolis - RJ; Prefeitura Municipal de São Gonçalo - RJ; Prefeitura Municipal de Teresópolis - RJ; Prefeitura Municipal de Três Rios – RJ.

Responsável: não há.

Interessado: Tribunal de Contas da União.

Advogado constituído nos autos: não há.

SUMÁRIO: RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO. SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL. ESTADO DO RIO DE JANEIRO. MUNICÍPIOS FLUMINENSES MAIS VULNERÁVEIS A CATÁSTROFES CLIMÁTICAS. IDENTIFICAÇÃO DE AÇÕES COM VISTAS A MINIMIZAR IMPACTOS DE DESASTRES NATURAIS. RECOMENDAÇÕES. CIÊNCIA AOS INTERESSADOS. ARQUIVAMENTO.

RELATÓRIO

Cuidam os autos de Relatório de Levantamento sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC). O objetivo, em suma, foi conhecer as medidas que o Governo Federal, o Governo do Estado do Rio de Janeiro e os municípios fluminenses mais sujeitos a riscos relacionados a catástrofes climáticas estão adotando para reduzir o impacto de eventuais desastres naturais.

2. O Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) é composto por diversos atores, havendo, portanto, a necessidade de que os trabalhos dos órgãos e entidades municipais, estaduais e federais sejam articulados. Entretanto, conforme a conclusão dos trabalhos da Secex-RJ, as unidades de defesa civil municipais não estão devidamente aparelhadas para enfrentar os desastres naturais, ainda que estejam em curso medidas do Governo Federal com vistas a melhorar esta situação.

3. Os principais riscos enfrentados pelos municípios fluminenses são inundações e escorregamentos, sendo estes repentinos e com menores chances de escape para as pessoas desavisadas. Por causa disso, foi desenvolvido, no Estado do Rio de Janeiro, um sistema de alerta e alarme em que as chuvas acumuladas são medidas e, caso atinjam um nível crítico pré-estabelecido, sirenes são acionadas para evacuação da população.

4. No âmbito federal as obras em curso visando a minimizar os efeitos de desastres naturais estão a cargo do Ministério das Cidades. O Ministério da Integração Nacional disponibiliza a estados e municípios recursos para ações de resposta, por meio do cartão de pagamento de defesa civil.

5. Neste trabalho, foram constatadas as falhas a seguir relacionadas:

5.1 ausência de regulamentação do artigo 3º-A da Lei 12.340/2010, que trata do cadastro nacional de municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos;

5.2 estrutura inadequada das secretarias municipais de defesa civil;

5.3 deficiência da capacitação de usuários do cartão de pagamento de defesa civil;

5.4 inobservância da União à diretriz de prioridade da prevenção;

5.5 ineficácia do Fundo Especial para Calamidades Públicas (FUNCAP);

5.6 relocação intempestiva de comunidades e moradores;

5.7 ausência de implementação e regulamentação do Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil, consoante previsto no inciso VIII, e nos §§ 1º e 2º do art. 6º da Lei 12.608/2012.

6. A equipe técnica propôs medidas (peça 27), com as quais anuíram o diretor responsável e o titular da unidade técnica (peças 28 e 29).

7. Sobre o assunto ora tratado, vale lembrar que na última década, houve considerável aumento não só na frequência e intensidade, mas também nos danos e prejuízos causados pelos desastres naturais ocorridos no Estado do Rio de Janeiro. Ocorreram inundações bruscas associadas a elevados índices de precipitação, que, dependendo da magnitude, acarretaram perdas humanas, destruição de habitações, desequilíbrio dos serviços públicos essenciais, como também nas atividades comerciais e industriais.

8. Citem-se, por exemplo, as enchentes e os deslizamentos de terra ocorridos em janeiro de 2011, na região serrana do Estado do Rio de Janeiro, que afetaram, principalmente, as cidades de Teresópolis, Nova Friburgo, Petrópolis, Sumidouro e São José do Vale do Rio Preto, e quando ocorreram 916 mortes e de 345 desaparecimentos. Naquela ocasião, o TCU autuou o processo TC 000.919/2011-0, com o objetivo de acompanhar, de forma geral, o emprego dos recursos federais destinados a atender às situações emergenciais, repassados ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, bem como às prefeituras municipais atingidas (Acórdãos nº 1.104/2013 e nº 860/2013, ambos do Plenário).

9. Considerando que havia oportunidades de melhoria para o aperfeiçoamento imediato do Sistema e, sobretudo, tendo em vista os riscos consideráveis pela não implementação a curto prazo do previsto nos §§ 2º e 4º, art. 3º-A, da Lei 12.340/2010, assim como do disposto nos arts. 14 e 16 da Lei 12.608/2012, decidi, com esboço no art. 29 do RI/TCU (peça 30):

9.1. recomendar ao Ministério da Integração Nacional e ao Ministério das Cidades, com fulcro no § 3º do art. 3º-A da Lei 12.340/2010, nos arts. 2º e 6º, em seu inciso IV, da Lei 12.608/2012, e no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, que apoiem, no âmbito de suas competências, com a urgência devida em função dos riscos envolvidos, os municípios mais suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos no Estado do Rio de Janeiro (Angra dos Reis, Barra Mansa, Mangaratiba, Niterói, Nova Friburgo, Petrópolis, São Gonçalo e Teresópolis), antes mesmo da regulamentação prevista no art. 3º-A, da Lei 12.340/2010, objeto da recomendação do item II acima, na implementação e na finalização das seguintes ações, previstas no § 2º do art. 3º-A da Lei 12.340/2010 (item 232.1 deste Relatório):

a) elaboração de mapeamento contendo as áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos;

b) elaboração de Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil e instituição de órgãos municipais de defesa civil, de acordo com os procedimentos estabelecidos pelo órgão central do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC;

c) elaboração de plano de implantação de obras e serviços para a redução de riscos de desastre;

d) criação de mecanismos de controle e fiscalização para evitar a edificação em áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos;

e) elaboração de carta geotécnica de aptidão à urbanização, estabelecendo diretrizes urbanísticas voltadas para a segurança dos novos parcelamentos do solo e para o aproveitamento de agregados para a construção civil;

9.2. recomendar ao Ministério das Cidades, com fulcro nos arts. 14 e 16 da Lei 12.608/2012, e no inciso III, do art. 3º, da Lei 11.977/2009, e no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, que avalie a conveniência e a oportunidade de, no que diz respeito aos municípios mais suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos no Estado do Rio de Janeiro (Angra dos Reis, Barra Mansa, Mangaratiba, Niterói, Nova Friburgo, Petrópolis, São Gonçalo e Teresópolis), sejam priorizados programas habitacionais de forma a efetivar, com urgência, a relocação de famílias residentes em áreas de risco ou que tenham sido desabrigadas, em especial no que diz respeito aos municípios de Petrópolis, Nova Friburgo e Teresópolis, onde há aproximadamente 35.000 residências nessas condições;

9.3. recomendar ao Ministério da Integração Nacional, com fulcro no § 4º do art. 3º-A da Lei 12.340/2010, e no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, que, a despeito de ainda não ter sido regulamentado o cadastro previsto no art. 3º-A da Lei 12.340/2010, publique periodicamente, por sua importância preventiva, informações sobre a evolução das ocupações em áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos, nos Municípios já sabidamente sujeitos a esses riscos, ou seja, aqueles que rotineiramente vêm sendo alvos de catástrofes climáticas;

9.4. recomendar ao Ministério da Integração Nacional que implemente e regule o Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil, consoante previsto no inciso VIII, e nos §§ 1º e 2º do art. 6º da Lei 12.608/2012;

9.5. recomendar à Secretaria Nacional de Defesa Civil/Ministério da Integração Nacional, com fulcro no art. 250, III, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, que avalie a conveniência e a oportunidade de realização de eventos de capacitação dos gestores estaduais e municipais quanto ao uso do Cartão de Pagamento de Defesa Civil.

9.6. encaminhar cópia do Relatório de Levantamento e da presente Decisão para:

9.6.1. o Governador do Estado do Rio de Janeiro;

9.6.2. o Chefe da Casa Civil do Estado do Rio de Janeiro;

9.6.3. o Ministério da Integração Nacional;

9.6.4. o Ministério das Cidades;

9.6.5. a Casa Civil da Presidência da República.

10. Transcrevo a seguir, exceto do Relatório de Levantamento produzido pela Secex-RJ (peça 31), cujas conclusões contaram com a anuência do corpo diretivo daquela unidade (peças 28 e 29).

“(…)

2 – INTRODUÇÃO

2.1 – Deliberação

10. *Esta fiscalização decorre de autorização constante da peça 3 do TC 019.081/2013-8, em que ficou a Secex-RJ incumbida de efetuar levantamento na forma proposta pela própria unidade técnica.*

2.2 – Objetivo e escopo

11. *Este levantamento tem por objetivo compreender o funcionamento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC), por meio do reconhecimento dos atores envolvidos e dos respectivos papéis desempenhados e, mais especificamente, conhecer as medidas que o Governo Federal, o Governo do Estado do Rio de Janeiro e os municípios fluminenses mais sujeitos a riscos relacionados a catástrofes climáticas estão adotando para reduzir o impacto de eventuais desastres naturais.*

12. *Este Tribunal já atuou em outros processos de controle externo vinculados à proteção e defesa civil na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, conforme se verifica no item 3.4 do presente relatório.*

2.3 – Metodologia e limitações

13. *Para a execução desta fiscalização, a equipe de levantamento de auditoria reuniu e analisou a legislação pertinente, bem como promoveu visitas técnicas aos órgãos de proteção e defesa civil do Estado do Rio de Janeiro e dos municípios mais populosos da serra fluminense: Nova Friburgo, Petrópolis e Teresópolis. Além disso, houve apresentação, acompanhada de discussão sobre o tema, por representante do Ministério da Integração Nacional – MI.*

14. *Também foi realizada reunião com o Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro (DRM/ RJ), em que os aspectos geológicos ligados às catástrofes naturais foram apresentados.*

15. *Em face da complexidade e amplitude do objeto de fiscalização, considerado o respectivo prazo de execução, não foi possível fazer o mesmo no que tange aos aspectos hidrológicos, a cargo dos órgãos ambientais do Estado, Instituto Estadual do Ambiente (INEA), e da União, Agência Nacional de Águas(ANA).*

16. *Neste trabalho, excepcionalmente, com fulcro no parágrafo único do art. 3º da Portaria Segecex 15/2011, e com a anuência da supervisão da fiscalização, não foi seguido integralmente o modelo de relatório de levantamento estabelecido naquela norma, uma vez que o sistema em foco não se restringe a órgão ou entidade específica, alcançando a estrutura de diferentes ministérios e dos três entes da federação.*

3 – VISÃO GERAL DO SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

3.1 – Histórico

17. *As primeiras ações, estruturas e estratégias de proteção e segurança dirigidas à população foram realizadas nos países envolvidos na Segunda Guerra Mundial. O primeiro país a preocupar-se com a segurança de sua população foi a Inglaterra, que instituiu a CIVIL DEFENSE (Defesa Civil) após os ataques sofridos entre 1940 e 1941, responsáveis pela perda de milhares de vida na população civil.*

18. *No Brasil o tema começou a ser tratado em 1942, após o afundamento dos navios militares Baependi, Araraquara e Anibal Benévolo, no litoral de Sergipe, e do vapor Itagiba, torpedeado pelo submarino alemão U-507 no litoral do Estado da Bahia.*

19. *Após pressão da população, exigindo do governo resposta aos ataques sofridos, o governo federal criou, em 1942, o Serviço de Defesa Passiva Antiaérea, a obrigatoriedade do ensino da defesa passiva em todos os estabelecimentos de educação existentes no país, entre outras medidas. Em 1943, a denominação de Defesa Passiva Antiaérea é alterada para Serviço de Defesa Civil, sob a supervisão da Diretoria Nacional do Serviço da Defesa Civil, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.*

20. *Em face das fortes chuvas e enchentes verificadas entre os anos de 1966 e 1967, em dezembro de 1966 foi organizada, no então Estado da Guanabara, a primeira Defesa Civil Estadual do Brasil. Ainda em consequência desses eventos foi criado, em 1967, o Ministério do Interior, com a competência, entre outras, de assistir as populações atingidas por calamidade pública em todo território nacional.*

21. *No final da década de 1960, foram instituídos no Ministério do Interior o Fundo Especial para Calamidades Públicas (FUNCAP) e o Grupo Especial para Assuntos de Calamidades Públicas (GEACAP), embrião da Secretaria Nacional de Defesa Civil, com a incumbência de prestar assistência e defesa permanente contra as calamidades públicas.*

22. *A Defesa Civil, como instituição estratégica para redução de riscos de desastres, surgiu com a organização do Sistema Nacional de Defesa Civil (SINPDEC), por meio do Decreto 97.274, de 16/12/1988, constituído por órgãos e entidades da administração pública federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e por entidades públicas e privadas atuantes na área de proteção e defesa civil.*

23. *O órgão central do SINPDEC é a Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC), do Ministério da Integração Nacional, e o seu órgão consultivo é o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil (CONPDEC).*

24. *A SEDEC, portanto, é responsável por coordenar as ações de proteção e defesa civil em todo o território nacional.*

25. *No Brasil, a frequência de desastres naturais cíclicos permite apontar as ocorrências mais prevalentes de acordo com a região, conforme indicado abaixo:*

- a) *Região Norte – incêndios florestais e inundações;*
- b) *Região Nordeste – secas e inundações;*
- c) *Região Centro-Oeste – incêndios florestais;*
- d) *Região Sudeste – deslizamento e inundações;*
- e) *Região Sul – inundações, vendavais e granizo.*

3.2 – Arcabouço Legal

26. *A legislação que trata do tema defesa civil aborda os seguintes assuntos:*

- a) *decretação de situação de emergência ou estado de calamidade;*
- b) *enfrentamento aos efeitos da seca;*

- c) *Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC);*
 - d) *atos e atribuições do titular da SEDEC; e*
 - e) *transferência de recursos federais de defesa civil – orçamentários e extraordinários.*
27. *Começando pelas leis, em 2010 foi promulgada a Lei 12.340, cujos principais dispositivos estabelecem que (alguns alterados pela Lei 12.608/2012):*
- 27.1 *o Governo Federal tem a obrigação de instituir cadastro nacional de municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos, conforme regulamento, e esses municípios devem adotar providências específicas, a saber: elaborar mapeamento contendo as áreas de risco; elaborar Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil e instituir órgãos municipais de defesa civil; elaborar plano de implantação de obras e serviços para a redução de riscos de desastre; criar mecanismos de controle e fiscalização para evitar a edificação em áreas de risco; elaborar carta geotécnica de aptidão à urbanização;*
- 27.2 *a União tem a obrigação de transferir recursos para Estados e Municípios para a execução de ações de resposta e recuperação, definidas em regulamento, seguindo critérios definidos pela SEDEC, a quem compete acompanhar e fiscalizar a utilização desses recursos;*
- 27.3 *o Fundo Especial para Calamidades Públicas (FUNCAP), instituído pelo Decreto-Lei 950/1969, de natureza contábil e financeira, cuja finalidade é custear ações de reconstrução, passa a ser regido pela Lei 12.340/2010.*
28. *A Lei 12.608/2012, verdadeiro marco legal da defesa civil no Brasil, institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), dispõe sobre o SINPDEC e sobre o CONPDEC, autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres, dentre outras providências.*
29. *A citada lei afirma que a PNPDEC abrange ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação. Tem entre as suas cinco diretrizes: atuação articulada entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios e prioridade às ações preventivas, e entre os seus quinze objetivos:*
- a) *reduzir os riscos de desastres;*
 - b) *prestar socorro e assistência às populações atingidas por desastres;*
 - c) *recuperar as áreas afetadas por desastres;*
 - d) *incorporar a redução do risco de desastre e as ações de proteção e defesa civil entre os elementos da gestão territorial e do planejamento das políticas setoriais;*
 - e) *estimular o desenvolvimento de cidades resilientes e os processos sustentáveis de urbanização;*
 - f) *monitorar os eventos meteorológicos hidrológicos, geológicos, biológicos, nucleares, químicos e outros potencialmente causadores de desastres;*
 - g) *produzir alertas antecipados sobre a possibilidade de ocorrência de desastres naturais;*
 - h) *estimular o ordenamento da ocupação do solo urbano e rural;*
 - i) *combater a ocupação de áreas ambientalmente vulneráveis e de risco e promover a realocação da população residente nessas áreas;*
 - j) *orientar as comunidades a adotar comportamentos adequados de prevenção e de resposta em situação de desastre e promover a autoproteção.*
30. *Na sequência, a lei elenca as competências da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios, bem como as competências comuns a todos os entes da federação, no que tange à proteção e defesa civil. Ainda estabelece a constituição, finalidade e gestão do SINPDEC, além da finalidade do CONPDEC, cuja composição é definida por meio do Decreto 7.257/2010.*

31. *É de se destacar, ainda, outros dispositivos da Lei 12.608/2012:*
- 31.1 *artigo 13: autoriza a criação de sistema de informações de monitoramento de desastres, cuja atuação se dará por meio de base de dados compartilhada entre os integrantes do SINPDEC;*
- 31.2 *artigo 14: assevera que os programas habitacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios devem priorizar a relocação de comunidades atingidas e de moradores de áreas de risco;*
- 31.3 *artigo 16: autoriza a União a conceder incentivo ao Município que adotar medidas voltadas ao aumento da oferta de terra urbanizada para utilização em habitação de interesse social;*
- 31.4 *artigo 18: aponta aqueles que são considerados agentes de proteção e defesa civil e, em seu parágrafo único, afirma que os órgãos do SINPDEC adotarão, no âmbito de suas competências, as medidas pertinentes para assegurar a profissionalização e a qualificação, em caráter permanente, dos agentes públicos detentores de cargo, emprego ou função pública, civis ou militares, com atribuições relativas à prestação ou execução dos serviços de proteção e defesa civil.*
32. *Merecem destaque, também, os seguintes normativos vinculados ao tema:*
- 32.1 *Decreto 7.257/2010: regulamenta a Medida Provisória 494/2010, para dispor sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC), sobre o reconhecimento de situação de emergência e estado de calamidade pública, sobre as transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastre;*
- 32.2 *Instrução Normativa MI 01/2012: estabelece procedimentos e critérios para a decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos Municípios, Estados e pelo Distrito Federal, e para o reconhecimento federal das situações de anormalidade decretadas pelos entes federativos.*
- 3.3 – Os participantes do SINPDEC**
33. *As ações de proteção e defesa civil são praticadas por diversos órgãos ministeriais, de maneira a exigir efetiva interligação entre componentes da estrutura dos seguintes Ministérios: Integração Nacional; Defesa; Ciência e Tecnologia; Minas e Energia; Meio Ambiente e Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e das Cidades.*
34. *Inserem-se na estrutura do Ministério da Integração Nacional a SEDEC e o CONPDEC, que, assim como já mencionado, constituem-se, respectivamente, nos órgãos central e consultivo do SINPDEC.*
35. *A SEDEC coordena o funcionamento do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD), criado por meio do Decreto 5.376/2005, cujas instalações contemplam, entre outras, sala de gestão de crise, centro de monitoramento e operações, alojamento e sala cofre.*
36. *O CENAD funciona durante as 24 horas de todos os dias do ano e gerencia ações estratégicas de preparação e resposta a desastres em território nacional. Possui em seus quadros especialistas diversos, concursados, reunidos em um único local: analistas de defesa civil; analistas de sistemas; engenheiros; geólogos; meteorologistas; químicos; assistentes sociais e estatísticos.*
37. *Compete também ao CENAD a coordenação do Grupo de Apoio a Desastres (GADE), equipe técnica multidisciplinar, composta por especialistas em gerenciamento de crises, mobilizável a qualquer tempo para desenvolver, assim que demandado, ações de preparação e resposta a desastres.*
38. *Sua dinâmica de funcionamento consiste no recebimento de informações de diversos órgãos responsáveis pela predição do tempo e temperatura; na avaliação de condições geológicas de áreas de risco; no monitoramento dos movimentos das placas tectônicas; no acompanhamento das*

bacias hidrográficas; no controle de queimadas e incêndios florestais; e no transporte e armazenamento de produtos perigosos.

39. Todas as informações são avaliadas e processadas e, se constatados riscos de ocorrência de desastres, encaminhadas aos órgãos de proteção e defesa civil dos estados e municípios, de acordo com a intensidade do evento adverso.

40. O CENAD atua em parceria com os órgãos abaixo listados, o que consubstancia a participação dos ministérios já mencionados no SINPDEC:

- a) Serviço Geológico do Brasil (CPRM);
- b) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA);
- c) Agência Nacional de Águas (ANA);
- d) Agência Brasileira de Inteligência (Abin);
- e) Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC/INPE);
- f) Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden);
- g) Instituto Nacional de Meteorologia (INMET);
- h) Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam).

41. Por intermédio da Portaria MI 302/2001, o Ministério da Integração Nacional criou a Rede Nacional de Emergência de Radioamadores (Rener), parte integrante do SINPDEC, com o objetivo de prover ou suplementar as comunicações em todo o território nacional, sempre que os meios usuais não puderem ser acionados, em razão de desastre, situação de emergência ou estado de calamidade pública.

42. A Rener é ativada e subordinada operacionalmente à SEDEC e supervisionada pela Confederação Brasileira de Radioamadorismo (LABRE), podendo, também, vir a ser ativada, parcialmente, nos estados e municípios.

3.4 – Processos de Controle Externo

43. Desde a catástrofe climática registrada em Janeiro/2011, o TCU autuou processos diversos de Acompanhamento, Auditoria, Monitoramento, Representação e Tomada de Contas Especial relacionados ao emprego de recursos federais na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, em especial aqueles transferidos pelo Ministério das Cidades (MCID), pelo Ministério da Integração Nacional (MI) e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

44. Para melhor compreensão da atuação integrada desta Corte de Contas, importa mencionar, ainda que de maneira sucinta, a natureza, a origem, o objeto e a atual situação de cada um dos processos de controle externo em questão, além dos acórdãos já proferidos, conforme o caso:

3.4.1 – TC 000.919/2011-0

44.1 Natureza: Acompanhamento.

44.2 Origem: Comunicação da Presidência em sessão plenária de 19/1/2011.

44.3 Objeto: Aplicação de recursos federais repassados ao Estado do Rio de Janeiro, bem como às Prefeituras Municipais do Estado do Rio de Janeiro.

44.4 Situação atual: Arquivado.

44.5 Acórdãos: 105/2011-TCU – Plenário; 660/2011-TCU - Plenário; 1.264/2011-TCU-Plenário; e 860/2013-TCU-Plenário

3.4.2 – TC 013.554/2013-1

44.6 Natureza: Acompanhamento.

44.7 Origem: Subitem 9.1.1 do Acórdão 860/2013-TCU-Plenário.

44.8 *Objeto: Aplicação de recursos federais repassados pelo Ministério das Cidades, na forma da Portaria MCID 515/2011.*

44.9 *Situação atual: Análise de resposta a diligência; apto para proposta de mérito.*

3.4.3 – TC 013.555.2013-8

44.10 *Natureza: Representação.*

44.11 *Origem: Subitem 9.1.2 do Acórdão 860/2013-TCU-Plenário.*

44.12 *Objeto: Aplicação de recursos federais repassados pelo Ministério da Integração Nacional (MI), na forma dos Contratos 105/2011, 25/2011 e seu aditivo, celebrados com a empresa Metrópolis Projetos Urbanos LTDA.*

44.13 *Situação: Proposta de arquivamento, em virtude de seu objeto estar inserido no âmbito do TC 013.559.2013-3.*

3.4.4 – TC 013.559.2013-3

44.14 *Natureza: Monitoramento.*

44.15 *Origem: Subitem 9.2 do Acórdão 860/2013-TCU-Plenário.*

44.16 *Objeto: Análise de prestações de contas a cargo do Ministério da Integração Nacional – MI, referentes à aplicação de recursos federais repassados pelo MI, na forma das Portarias MI 23/2011 a 27/2011 e 29/2011.*

44.17 *Situação: Diligência em andamento. Comissão específica instalada em janeiro/2013.*

3.4.5 – TC 000.437/2012-3

44.18 *Natureza: Auditoria.*

44.19 *Origem: TC 000.919/2011-0.*

44.20 *Objeto: Aplicação de recursos federais repassados pelo Ministério da Integração Nacional – MI ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, na forma da Portaria MI 122/2011.*

44.21 *Situação: Apensado ao TC 000.919/2011-0.*

44.22 *Acórdão: 3.065/2012-TCU-Plenário.*

3.4.6 – TC 000.438/2012-3

44.23 *Natureza: Acompanhamento.*

44.24 *Origem: TC 000.919/2011-0.*

44.25 *Objeto: Aplicação de recursos federais repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, na forma da Resolução FNDE/CD 18/2011.*

44.26 *Situação: Determinação de instauração de Tomadas de Contas Especiais.*

44.27 *Acórdão: 1.104/2013-TCU-Plenário.*

3.4.7 – TC 012.872/2013-0

44.28 *Natureza: Tomada de Contas Especial*

44.29 *Origem: Subitem 9.1 do Acórdão 1.104/2013-TCU-Plenário.*

44.30 *Objeto: Idem TC 000.438/2012-3.*

44.31 *Situação: Em instrução de análise de alegações de defesa.*

3.4.8 – TC 012.873/2013-6

44.32 *Natureza: Tomada de Contas Especial*44.33 *Origem: Subitem 9.1 do Acórdão 1.104/2013-TCU-Plenário.*44.34 *Objeto: Idem TC 000.438/2012-3.*44.35 *Situação: Em instrução de análise de alegações de defesa.*

3.4.9 – TC 012.874/2013-2

44.36 *Natureza: Tomada de Contas Especial*44.37 *Origem: Subitem 9.1 do Acórdão 1.104/2013-TCU-Plenário.*44.38 *Objeto: Idem TC 000.438/2012-3.*44.39 *Situação: Em instrução de análise de alegações de defesa.*

3.4.10 – TC 012.876/2013-5

44.40 *Natureza: Tomada de Contas Especial*44.41 *Origem: Subitem 9.1 do Acórdão 1.104/2013-TCU-Plenário.*44.42 *Objeto: Idem TC 000.438/2012-3.*44.43 *Situação: Em instrução de análise de alegações de defesa.*

3.4.11 – TC 012.877/2013-1

44.44 *Natureza: Tomada de Contas Especial*44.45 *Origem: Subitem 9.1 do Acórdão 1.104/2013-TCU-Plenário.*44.46 *Objeto: Idem TC 000.438/2012-3.*44.47 *Situação: Em instrução de análise de alegações de defesa.*

3.4.12 – TC 012.878/2013-8

44.48 *Natureza: Tomada de Contas Especial*44.49 *Origem: Subitem 9.1 do Acórdão 1.104/2013-TCU-Plenário.*44.50 *Objeto: Idem TC 000.438/2012-3.*44.51 *Situação: Em instrução de análise de alegações de defesa.*

3.4.13 – TC 012.879/2013-4

44.52 *Natureza: Tomada de Contas Especial*44.53 *Origem: Subitem 9.1 do Acórdão 1.104/2013-TCU-Plenário.*44.54 *Objeto: Idem TC 000.438/2012-3.*44.55 *Situação: Em instrução de análise de alegações de defesa.*

3.4.14 – TC 012.880/2013-2

44.56 *Natureza: Tomada de Contas Especial*44.57 *Origem: Subitem 9.1 do Acórdão 1.104/2013-TCU-Plenário.*44.58 *Objeto: Idem TC 000.438/2012-3.*44.59 *Situação: Em instrução de análise de alegações de defesa.*

44.60. *Percebe-se a necessidade de aprimoramento da governança relativa ao emprego de recursos federais nas ações de proteção e defesa civil, cuja ênfase atual ocorre nas ações de resposta e recuperação. Para isso são feitas propostas de recomendações para permitir o cumprimento pleno do art. 3º-A, da Lei 12.340/2010, em face da necessidade de formalização do cadastro de municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos, o que permitirá a existência de controle e de planejamento no emprego desses recursos, e também maior ênfase nas ações de prevenção, mitigação e preparação.*

3.5 – Das Transferências Financeiras à Conta do Orçamento da União

45. *No período compreendido entre 1/1/2011 e 30/9/2013, foram transferidos recursos do orçamento da União no montante de R\$ 2.301.650.007,70 para as ações governamentais relativas aos principais programas de proteção e defesa civil: Programas 1027 – Prevenção e Preparação para Desastres, 1029 – Resposta aos Desastres e Reconstrução e 2040 – Gestão de Riscos e Respostas a Desastres.*

46. *Neste contexto, o Estado do Rio de Janeiro foi destinatário do valor correspondente a R\$ 234.507.517,42, assim distribuído ao longo dos exercícios financeiros considerados: R\$ 34.942.462,92 em 2011; R\$ 134.070.418,90 em 2012; e R\$ 65.494.635,60 em 2013.*

47. *Os quadros a seguir detalham as transferências dos recursos em referência, observados os níveis nacional e estadual:*

3.5.1 Quadro Nacional

Tabela 1: Execução orçamentário-financeira nacional relativa a programas ligados à proteção e à defesa civil

Programa	Ação	2011 (R\$)	2012 (R\$)	2013 (R\$)
1027		123.787.630,62	68.924.850,43	16.386.953,23
	678	9.475.900,00		1.300.000,00
	8348	114.271.730,62	68.924.850,43	15.086.953,23
	8172	40.000,00		
1029		706.177.818,51	349.223.850,88	12.109.408,34
	20EL	16.760.966,67		
	22BO	465.133.540,43	231.022.098,19	
	4568	2.828.550,35	250.000,00	
	4570	203.728.485,72	117.785.152,69	12.109.408,34
	4564	17.726.275,34	166.600,00	
2040			605.519.552,40	419.519.943,29
	12QB	-		1.130.000,00
	20GB	-	98.200,00	2.870.000,00
	14RL	-		22.475.091,86
	10SG	-	275.323.815,67	77.495.022,10
	22BO	-	242.584.435,41	235.689.716,30
	140M	-	77.539.886,97	62.460.113,03
	8865	-	9.973.214,35	

	127A	-	17.400.000,00
		829.965.449,13	1.023.668.253,71
			448.016.304,86
			2.301.650.007,70

3.5.2 Quadro Estadual

Tabela 2: Execução orçamentário-financeira de recursos federais no Estado do Rio de Janeiro relativa a programas ligados à proteção e à defesa civil

Programa	Ação	2011 (R\$)	2012 (R\$)	2013 (R\$)
1027	8348	1.470.281,17	-	662.367,39
1029		33.472.181,75	68.524.416,33	31.247.232,97
	22BO	R\$ 30.000.000,00	R\$ 150.000,00	R\$ 30.525.197,93
	4570	R\$ 3.472.181,75	R\$ 68.374.416,33	R\$ 722.035,04
2040		-	65.546.002,57	33.585.035,24
	10SG	-	R\$ 63.542.999,95	R\$ 33.585.035,24
	8865	-	R\$ 2.003.002,62	-
		R\$ 34.942.462,92	R\$ 134.070.418,90	R\$ 65.494.635,60
				R\$ 234.507.517,42

48. Encontra-se disposta abaixo a descrição formal de cada uma das ações consideradas no âmbito dos Programas 1027, 1029 e 2040:

Tabela 3: Descrição de programas e ações relativos à proteção e à defesa civil

Programa	Ação Governamental
1027 - Prevenção e preparação para desastres	
	678 - Apoio a Obras Preventivas de Desastres
	8348 - Apoio a Obras Preventivas de Desastres
	8172 - Coordenação e Fortalecimento do Sistema nacional de Defesa Civil
1029 - Resposta aos desastres e reconstrução	
	20EL - Atendimento Emergencial em Assistência Social e segurança Alimentar e Nutricional

	<i>22BO - Ações de Defesa Civil</i>
	<i>4568 - Reabilitação do Cenários de Desastres</i>
	<i>4570 - Restabelecimento da Normalidade nos Cenários de Desastres</i>
	<i>4564 - Socorro e Assistência às Pessoas Atingidas por Desastres</i>
<i>2040 - Gestão de riscos e respostas a desastres</i>	
	<i>12QB - Implantação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais - CEMADEN</i>
	<i>20GB - Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais</i>
	<i>14RL - Realização de Projetos e Obras para Contenção ou Amortecimento de Cheias e Inundações e para Contenção de Erosões Marinhas e Fluviais</i>
	<i>10SG - Apoio a Sistemas de Drenagem Urbana e de Manejo de Águas Pluviais</i>
	<i>22BO - Ações de Defesa Civil</i>
	<i>140M - Construção da Barragem Serro Azul no Estado de Pernambuco</i>
	<i>8865 - Apoio ao Planejamento e Execução de Obras de Contenção de Encostas em Áreas Urbanas</i>
	<i>127A - Obras de Macrodrenagem e Controle de Erosão Marinha e Fluvial</i>

48.1. Percebe-se a pouca ênfase orçamentário-financeira em programas voltadas eminentemente para preparação, mitigação e prevenção.

4 – VISITAS, ENTREVISTAS e DEBATES

4.1 – Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC)

49. *Em 8/11/2013, em atenção a convite formulado pela unidade técnica, a responsável pelo Departamento de Minimização de Desastres da SEDEC compareceu a Secex-RJ para apresentação e debate dos principais aspectos de proteção e defesa civil no âmbito federal.*

50. *Com base na Lei 12.608/2012, foram conceituadas, ainda que de modo geral, as ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação citadas no seu artigo 3º, restando esclarecido, quanto à finalidade, que: as ações de prevenção visam a anular o risco de ocorrência de desastres; as ações de mitigação, de forma paliativa, visam a reduzir estes mesmos riscos; as ações de preparação visam a conferir condição à população para melhor responder ao desastre; as ações de resposta visam a garantir socorro e assistência às vítimas do desastre; e as ações de recuperação visam a reconstruir a situação anterior ao desastre, respeitadas as características preventivas de cada intervenção.*

51. *Na oportunidade, foram apresentadas as ações de prevenção e mitigação conduzidas pelo Governo Federal, a exemplo da realização de cursos de capacitação específicos, que respondem pela formação de agentes multiplicadores de conhecimento.*

52. *Nesse quesito, considerando caber aos governos estaduais a indicação de participantes dos cursos, registrou-se destaque de frequência para os estados do Rio de Janeiro e de Santa Catarina.*

53. *Outra ação ressaltada diz respeito ao fortalecimento dos órgãos municipais de proteção e defesa civil, mediante doação de equipamentos e materiais, a exemplo de veículo com tração 4X4, equipamento de GPS, tablet, computador, impressora, máquina fotográfica, fax, rádio transmissor, estabilizador, coletes, trena e capas de chuva. Inicialmente, foram contemplados 106 municípios dentre os 821 com maiores riscos associados à área de proteção e defesa civil, quatro dos quais situados no Estado do Rio de Janeiro.*

54. *Mereceram atenção, ainda, os esforços de criação de centros de pesquisa e laboratórios de gestão de riscos de desastres no país, tal como o CEPED que se prevê, em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), para a Região Fluminense.*

55. *Encontra-se em andamento, também, parceria firmada com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) para a capacitação de agentes comunitários nas ações de proteção e defesa civil.*

56. *Quanto à estrutura de pessoal, a SEDEC possui um total de 179 servidores, aí incluídos 109 diretamente vinculados ao CENAD.*

57. *O órgão central do SINPDEC conta com 12 engenheiros em seus quadros.*

58. *Ainda de acordo com a explanação da representante da SEDEC, as áreas de risco do país, sob a ótica de proteção e defesa civil, estão distribuídas em 821 municípios, os quais foram ou estão sendo devidamente mapeados pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM). A conclusão do mapeamento em curso está prevista para até o final de 2014, após o que terá início a construção dos correspondentes planos de intervenção, para posterior entrega aos prefeitos municipais.*

59. *A equipe de fiscalização arguiu acerca do dispositivo da Lei 12.608/2012 que alterou a Lei 12.340/2010 para estabelecer a instituição, pelo Governo Federal, do cadastro nacional de municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos, conforme regulamento.*

60. *Com base nas constatações da equipe, verificou-se que esse dispositivo ainda se encontrava pendente de regulamentação, razão pela qual o cadastro nacional não havia sido objeto*

de implementação, apesar de o Governo Federal entender necessário o mapeamento daqueles 821 municípios.

61. *A propósito, outro dispositivo da mesma lei, também pendente de regulamentação, diz respeito à autorização para que a União conceda incentivo ao município que adotar medidas voltadas ao aumento da oferta de terra urbanizada para utilização em habitação de interesse social, por meio dos institutos previstos na Lei 10.257/2001.*

62. *No que tange às ações de resposta e recuperação, especialmente às transferências de recursos federais para estados e municípios, obrigatórias por força do disposto no artigo 4º da Lei 12.340/2010, foram pontuadas, por relevante, as premissas de decretação de estado de emergência pelos estados ou municípios e o correspondente reconhecimento pelo Governo Federal.*

63. *Quanto ao Sistema Integrado de Informação sobre Desastres (S2iD), restou esclarecido que é basicamente composto por formulários, nos quais são introduzidas informações relativas às ocorrências pertinentes. Atualmente, 2.424 municípios e 4.309 usuários encontram-se cadastrados no S2iD.*

64. *Em se tratando de ações de resposta a desastres, que ensejam a transferência de recursos da União para socorro e assistência às vítimas, bem como para o restabelecimento de serviços essenciais, foi informado acerca da implantação do Cartão de Pagamento de Defesa Civil (CPDC), que se constitui em meio de pagamento com vistas a proporcionar agilidade, controle e transparência dos gastos efetuados, os quais são publicados no Portal da Transparência, gerenciado pelo Governo Federal.*

65. *De acordo com a SEDEC, representantes de 1.025 municípios possuem o CPDC, por intermédio do qual já foram transferidos mais de R\$ 545 milhões, dentre os quais R\$ 7,9 milhões para o Estado do Rio de Janeiro e R\$ 12,8 milhões para municípios fluminenses.*

66. *Ainda no âmbito das ações de resposta, o órgão central do SINPDEC firmou acordo de cooperação técnica com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT) para o gerenciamento de cinco centros de distribuição de itens básicos, um em cada região do país, os quais são dotados de estoque estratégico para assistência humanitária, na forma de kits emergenciais.*

67. *Ao final do debate, a equipe de fiscalização questionou sobre o cumprimento ao disposto no artigo 14 da Lei 12.608/2012, relativamente à devida prioridade, nos programas habitacionais dos entes federados, de relocação de comunidades atingidas e de moradores de áreas de risco.*

68. *De acordo com a SEDEC, a edição de portaria conjunta dos Ministérios das Cidades e da Integração Nacional regulamentou a definição de localidades prioritárias para a destinação de recursos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).*

4.2 – Governo do Estado do Rio de Janeiro

69. *As intensas chuvas da madrugada de 12/1/2011, na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, contribuíram decisivamente para o que é considerado o pior desastre natural já verificado no Brasil.*

70. *Diversos deslizamentos de terra e cerca de 1.000 vítimas fatais foram registradas nos municípios de Nova Friburgo, Petrópolis, Teresópolis, Sumidouro e São José do Vale do Rio Preto.*

71. *A catástrofe do início de 2011 serviu como ponto de inflexão para a revisão conceitual de defesa civil e demonstrou a necessidade de investimentos em ações de prevenção e preparação.*

72. *A partir dali, surgiu o arcabouço legal em vigor, que terminou por associar o conceito de proteção ao de defesa civil.*

73. No âmbito estadual, a equipe de fiscalização visitou a Secretaria de Estado de Defesa Civil e o Serviço Geológico do Estado do Rio de Janeiro (DRM-RJ).

4.2.1 – Secretaria de Estado de Defesa Civil

74. Por ocasião da visita à Secretaria de Estado de Defesa Civil (SEDEC-RJ), a sua Superintendência Operacional encarregou-se de proferir palestra relativa à proteção e defesa civil na esfera estadual, cujas informações, resumidamente, encontram-se adiante apresentadas.

75. De início, levou-se em consideração o Marco de Hyogo, diante do qual os governos de todo o mundo firmaram o compromisso de tomar medidas efetivas de redução de riscos de desastres e adotar o caminho denominado Marco de Ação de Hyogo para reduzir vulnerabilidades frente às ameaças naturais.

76. O Marco de Hyogo oferece assistência aos esforços de nações e comunidades, a fim de que se tornem mais resistentes às ameaças que põem em risco os benefícios de desenvolvimento e de que possam enfrentá-las da melhor forma.

77. Os Estados membros das Nações Unidas adotaram a Estratégia Internacional para a Redução de Desastres (EIRD/ISDR), no ano de 2000, como mecanismo de continuidade ao Decênio Internacional sobre a Redução de Desastres Naturais (DIRDN) 1990-1999.

78. O propósito desta estratégia é alcançar redução considerável de perdas resultantes de desastres e construir comunidades e nações resistentes, como condição fundamental para o desenvolvimento sustentável.

79. O Sistema da EIRD abarca numerosas organizações, Estados e a sociedade civil, em nível mundial, que trabalham em conjunto para reduzir perdas e implementar o Marco de Ação de Hyogo.

80. As cinco prioridades de ação do Marco de Hyogo são:

80.1 garantir que a redução de risco de desastres (RRD) seja uma prioridade nacional e local com uma sólida base institucional para sua implementação;

80.2 identificar, avaliar e observar de perto os riscos dos desastres, e melhorar os alertas prévios;

80.3 utilizar o conhecimento, a inovação e a educação para criar uma cultura de segurança e resiliência em todos os níveis;

80.4 reduzir os fatores fundamentais do risco; e

80.5 fortalecer a preparação em desastres para uma resposta eficaz a todo nível.

81. Em suma, a atuação da SEDEC-RJ visa a estimular o desenvolvimento de ações proativas de prevenção de desastres e de preparação para emergências e desastres nos 92 municípios do Estado, procurando colocar em prática os mandamentos do artigo 9º, incisos I e II, da Lei 12.608/2012, abaixo transcritos:

Art. 9º Compete à União, aos Estados e aos Municípios:

I – desenvolver cultura nacional de prevenção de desastres, destinada ao desenvolvimento da consciência nacional acerca dos riscos de desastre no País;

II – estimular comportamentos de prevenção capazes de evitar ou minimizar a ocorrência de desastres;

(...)

82. Para alcançar este objetivo, a SEDEC-RJ organiza seis seminários por ano com as Coordenadorias Municipais de Defesa Civil (COMDECs) e trabalha permanentemente em conjunto com os municípios, zelando pela troca constante de informações e pelo nivelamento de conhecimentos.

83. *O Estado do Rio de Janeiro foi dividido em 12 Regionais de Defesa Civil (REDECs), de modo que as respectivas análises de dados obedecem às particularidades de cada região.*
84. *O DRM-RJ mapeou 85 dos 92 municípios fluminenses e apontou oito deles como de maior grau de risco: Angra dos Reis, Barra Mansa, Mangaratiba, Niterói, Nova Friburgo, Petrópolis, São Gonçalo e Teresópolis.*
85. *Coube esclarecer que os sete municípios restantes já haviam sido mapeados pela CPRM.*
86. *O DRM-RJ, então, nivelou todos os mapeamentos e promoveu as devidas homologações para distribuição aos municípios.*
87. *A SEDEC-RJ noticiou o desenvolvimento de importante ferramenta de gestão para momentos de mobilização, em especial aqueles de respostas a desastres, qual seja a chamada “Matriz de Atividades x Responsabilidades” (peça 13), que vai assinada por cada secretário de estado e estabelece atribuições inerentes a cada um dos envolvidos.*
88. *A matriz estadual repassada para os pares municipais e para a SEDEC, no intuito de disseminar a solução e incentivar o desenvolvimento de medidas semelhantes.*
89. *A SEDEC-RJ realçou a importância do trabalho do INEA, no que diz respeito ao controle dos recursos hídricos, acompanhamento dos ciclos hidrológicos, mapeamento de áreas de inundação e instalação de pluviômetros, assim como o do DRM-RJ, no que toca ao mapeamento dos municípios e à delimitação de áreas de risco geológico.*
90. *Os pareceres de órgãos como o INEA e o DRM-RJ são justificativas técnicas para se decidir por intervenções diversas, a exemplo da execução de obras de prevenção e mitigação.*
91. *Acrescentou, também, que o Sistema de Meteorologia do Estado do Rio de Janeiro – SIMERJ passou a integrar, em caráter subordinado, a estrutura da SEDEC-RJ.*
92. *Grande parte do trabalho desenvolvido visa a preparar as comunidades para os momentos críticos, de maneira que a SEDEC-RJ possui programa permanente de capacitação das REDECs/COMDECs.*
93. *A SEDEC-RJ deu conta, ainda, do desenvolvimento do mapa de ameaças naturais do Estado do Rio de Janeiro, que aponta as ameaças mais prevalentes: deslizamentos (18%), enchentes (15,4%), alagamentos (14,6%), enxurradas (13%) e incêndios florestais (10,2%).*
94. *Vale notar que os alagamentos, por exemplo, envolvem um processo de impacto gradual, ao contrário do que se verifica nos deslizamentos e nas inundações.*
95. *Por essa razão, focada nas ameaças de deslizamentos e inundações, a SEDEC-RJ desenvolveu e implantou o atual sistema de alerta e alarme, que, basicamente, consiste em:*
- a) *previsão de chuva forte e declaração de estado de atenção;*
 - b) *alerta a líderes comunitários via mensagens SMS;*
 - c) *confirmação de chuva forte;*
 - d) *definição de riscos de deslizamentos e/ou inundações;*
 - e) *difusão de avisos à comunidade;*
 - f) *mobilização/deslocamento;*
 - g) *ativação de pontos de apoio.*
96. *Em suma, pluviômetros medem a quantidade de chuva que é comparada aos dados de protocolos estabelecidos, do tipo chuva acumulada em 24 horas, chuva acumulada em 30 dias, entre outros.*

97. *Algoritmos de escorregamento determinam protocolos específicos de alarme para cada município, ao passo que o nível crítico de chuva sugere o acionamento das sirenes locais pelos órgãos proteção e defesa civil municipais.*
98. *Em se tratando de sistema centrado nas pessoas, é de fundamental importância que todos os atores envolvidos no processo saibam adequadamente o que fazer nos momentos de alerta e alarme.*
99. *Nesse sentido, a SEDEC-RJ desenvolveu programa de proteção e preparação de comunidades contra desastres naturais.*
100. *Cada comunidade conta com líderes de desocupação, que possuem aparelhos celulares fornecidos pelo Governo do Estado e recebem as mensagens de SMS provenientes do órgão de proteção e defesa civil.*
101. *Todas as áreas de risco obedecem a rotas de fugas pré-estabelecidas, que, assim como os pontos de apoio, devem apresentar-se permanentemente sinalizadas.*
102. *Uma vez acionado o alarme, cabe aos moradores locais o deslocamento pelas rotas de fuga em direção dos pontos de apoio e locais seguros já definidos.*
103. *Como forma de adaptação e treinamento, as sirenes são disparadas às 10h do dia 10 de cada mês.*
104. *Atenta à capacitação das famílias situadas em áreas de risco, a SEDEC-RJ as orienta para que tenham em mãos mochilas e caixas de contingência, com itens essenciais nos momentos de evacuação.*
105. *Até mesmo as crianças ganham papel de alta relevância no processo, uma vez que, comprovadamente, atuam perante as famílias como lideranças e porta-vozes da defesa civil.*
106. *Não por acaso, a SEDEC-RJ desenvolve trabalhos específicos nas instituições de ensino, com os chamados agentes comunitários escolares.*
107. *Importa registrar que 85 módulos de sirenes encontram-se instalados no Estado do Rio de Janeiro, em 57 diferentes comunidades, e que a previsão de ampliação do sistema de alerta e alarme pretende abranger novos municípios e alcançar o de 180 módulos.*
108. *No tocante ao cartão de pagamento de defesa civil, a SEDEC-RJ relatou que, apesar de dificuldades na sua utilização, acabou por fazer usar desse meio de pagamento em 2012, para socorro e assistência em determinados municípios, bem como em 2013, para o restabelecimento de serviços essenciais no Município de Duque de Caxias.*
109. *Há que se ressaltar, ainda, a implantação pelo Estado do Rio de Janeiro do Centro de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (CEMADEN-RJ) e do Centro Estadual de Administração de Desastres (CESTAD), que funcionam nos moldes do CEMADEN e do CENAD, por intermédio de pessoal qualificado e com o auxílio de equipamentos tecnológicos para obtenção, interpretação e transferência de informações aos municípios.*
110. *Por fim, é de se mencionar que o Governo Estadual também desenvolveu solução pioneira para o aprimoramento da proteção e defesa civil junto às comunidades situadas em áreas de risco, na forma das Unidades de Proteção Comunitária (UPCs).*
111. *Seguindo a linha do Programa Saúde na Família, o Estado do Rio de Janeiro contratou a instalação de 42 UPCs em diversas localidades de quatro municípios da Região Serrana: vinte em Nova Friburgo, dez em Petrópolis, dez em Teresópolis e duas em Bom Jardim.*

112. *As UPCs funcionam por 24 horas, todos os dias, como centro de integração entre a defesa civil e a comunidade, local de reunião, ponto de apoio para ações operacionais e central de arquivo de documentos, permitindo aos agentes ali lotados o monitoramento dos sistemas de alerta e alarme.*

113. *O mobiliário de cada unidade exige o investimento de R\$ 3.500,00 e o custo médio mensal de manutenção importa em R\$ 3.123,00, envolvendo a locação de módulos metálicos, de aproximadamente 30 m², e os gastos com água, energia elétrica, telefone e internet.*

114. *Trabalham em cada UPC quatro agentes comunitários de defesa civil selecionados e remunerados pelo governo estadual, sob o regime de contratação temporária, para o período de 3 anos, prorrogáveis por mais outros 2.*

115. *Cabem a esses agentes, em estreita ligação com as comunidades, o cadastramento da população local, o treinamento e a capacitação dos moradores sujeitos a procedimentos de evacuação, a mobilização e a desmobilização dos sistemas de alerta e alarme, o apoio às REDECs e aos COMDECs, além de monitoramento dos índices pluviométricos de sua área de atuação.*

4.2.2 – Serviço Geológico do Estado do Rio de Janeiro (DRM-RJ)

116. *O DRM-RJ é uma autarquia originalmente vinculada à Secretaria de Estado de Energia, da Indústria Naval e do Petróleo (SEINPE), atual Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços (SEDEIS), e atua nas áreas de petróleo e gás, geoturismo e patrimônio geológico, meio ambiente, hidrogeologia, geologia básica e aplicada, mineração e riscos geológicos.*

117. *Em 2009, foi criado o Núcleo de Análise e Prevenção de Desastres e Escorregamentos (NADE), responsável pelo mapeamento das áreas de risco iminente em 91 municípios do Estado, além do atendimento a situações de emergência.*

118. *Em visita à autarquia, a equipe de fiscalização assistiu à palestra formulada pelos servidores do NADE, que foi seguida de debate.*

119. *Na oportunidade, foram destacadas as atividades a cargo do DRM-RJ e as dificuldades enfrentadas no seu desempenho.*

120. *Por exemplo, abordou-se a preocupação dos gestores com as barreiras salariais para a contratação de técnicos especializados, além da incompatibilidade entre os períodos chuvosos e o ciclo orçamentário do Governo do Estado, haja vista que as chuvas mais intensas, principal elemento desencadeador de escorregamentos, são verificadas nos meses de novembro a abril, justamente quando da época de discussão, e muitas vezes de indefinição, do orçamento público para o ano seguinte.*

121. *Por agravante, os trabalhos desempenhados pelo NADE requerem deslocamentos constantes para os municípios do Estado, com pagamento de diárias e outras despesas, que se intensificam no período de chuvas mais fortes.*

122. *No que diz respeito às atividades do DRM-RJ, vale ressaltar que o NADE, em 21/11/2013, tornou público o Diagnóstico sobre o Risco a Escorregamentos no Estado do Rio de Janeiro e o Plano de Contingência 2013/2014, que teve início em 20/11/2013 e vigência prevista para até 30/4/2014 (peça 12).*

123. *O diagnóstico em referência apresenta a propensão a escorregamentos nos municípios fluminenses, que são classificados de acordo com a quantidade de setores críticos, bem como estabelece correlação própria entre quantidades de chuva e riscos iminentes.*

124. *O plano de contingência, por sua vez, define a forma de operações do NADE ao longo do próximo verão e descreve os procedimentos para solicitação de serviços do DRM-RJ pelos COMDECs.*

125. *As demais atividades sob responsabilidade do DRM-RJ encontram-se indiretamente dispostas ao longo deste relatório.*

4.3 – Secretarias de Defesa Civil dos Municípios Serranos do Estado do Rio de Janeiro

126. *A fim de obter informações sobre a infraestrutura local de proteção e defesa civil e as medidas preventivas em curso, a equipe de fiscalização visitou os três municípios mais populosos da Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro.*

4.3.1 – Nova Friburgo

127. *A Secretaria de Defesa Civil do Município de Nova Friburgo conta com 31 servidores, aí incluídos cinco engenheiros e uma arquiteta, 16 dos quais ocupantes de cargos em comissão.*

128. *O órgão funciona em imóvel próprio da municipalidade, em prédio anexo à sede da prefeitura, e possui dois geradores, quatro veículos com tração 4X4, além de veículos de menor porte, guinchos, aparelhos de rádio comunicação, equipamentos de informática e móveis de dormitório, para plantões, e refeitório.*

129. *A secretaria municipal estima que 5.000 edificações encontram-se em áreas de alto risco de deslizamentos e/ou inundações, envolvendo, assim, 22.000 dos 184.000 habitantes de Nova Friburgo.*

130. *O município dispõe de 35 conjuntos de sirenes instalados pelo Estado do Rio de Janeiro em 20 comunidades ameaçadas, e a prefeitura encontra-se em processo de aquisição de outros cinco módulos.*

131. *Essas sirenes são acionadas online ou manualmente e, futuramente, poderão contar com acionamento via rádio.*

132. *Ainda no âmbito dos sistemas de alerta e alarme, a secretaria possui quatro veículos equipados com mecanismo de som para orientação da população.*

133. *Convém reportar que o protocolo de alarme foi ativado em 13/11/2012, implicando o acionamento das sirenes.*

134. *Na ocasião, de acordo com a Secretaria Municipal de Defesa Civil, confirmado o alerta de deslizamentos, o bom funcionamento do sistema e a adequada preparação da população evitaram a perda de pelo menos cinquenta vidas.*

135. *No município estão instalados 46 pluviômetros e outros 12, do tipo semiautomático, encontram-se em fase de instalação, após o que serão operados pelas famílias locais, como medida de integração, as quais serão responsáveis pela leitura periódica dos índices pluviométricos e pelo encaminhamento das correspondentes informações ao órgão de proteção e defesa civil.*

136. *Questionada sobre a estrutura da proteção e defesa municipal, a secretaria, de modo geral, avalia como suficiente a quantidade de pluviômetros e admite a necessidade de aquisição de cinco aparelhos do tipo inclinômetro, bem como a contratação de um engenheiro e um geólogo, além da mudança da sede do órgão para local que disponha de espaço físico no mínimo 50% maior que o atual.*

137. *O órgão municipal de proteção e defesa civil alega focar seu trabalho no treinamento da população, com a apresentação de palestras, a realização de simulados, inclusive noturnos, a implantação de rotas de fuga sinalizadas e a orientação e a conscientização do que as pessoas devem deixar e levar nos momentos de desastre.*

138. *Quanto aos simulados, informa a baixa adesão da população, motivo pelo qual passou a investir na mobilização das crianças das comunidades, que acabam levando para suas famílias a importância de darem atenção ao tema.*

139. *Nesse contexto, foi firmado convênio entre a Prefeitura Municipal de Nova Friburgo e o Serviço Social do Comércio – Regional Nova Friburgo, com o objetivo de organizar eventos de orientação e conscientização nas escolas, quando são distribuídos lanches, camisetas e brindes aos participantes.*

140. *O projeto foi batizado de Defesa Civil na Escola e, em caso de sucesso, tende a ser intensificado e multiplicado em 2014.*

141. *A Prefeitura de Nova Friburgo, com recursos oriundos do Ministério das Cidades, licitou a prestação de serviço de mapeamento de áreas de risco, o que gerou o Plano Municipal de Redução de Riscos, relativo tanto aos riscos geológicos quanto aos riscos hidrológicos.*

142. *A partir do plano de redução de riscos, terá início o desenvolvimento da Carta Geotécnica, que subsidiará a elaboração do novo plano diretor do município, em substituição àquele de 2004, ainda em vigor.*

143. *No que tange à questão de edificações localizadas em áreas de risco, o secretário municipal informou haver tomado ciência de decisão judicial que determina a notificação individual de todos os proprietários acerca dessa condição.*

144. *Conforma a secretaria, após a catástrofe de 2011 foram adotadas as seguintes medidas:*

- a) realização de sessenta simulados, inclusive no período noturno, de desocupação de áreas de risco;*
- b) realização de 140 palestras de treinamento em comunidades;*
- c) distribuição de cartilhas educativas;*
- d) instalação do sistema de alerta e alarme;*
- e) implantação de mecanismo de envio de mensagens SMS para a população;*
- f) instalação de rede de pluviômetros;*
- g) interação com as escolas.*

145. *A equipe de fiscalização, por meio de ofício de requisição (peça 15), questionou se a prefeitura:*

145.1 *elaborou mapeamento contendo as áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos;*

145.2 *elaborou Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil e instituiu órgãos municipais de defesa civil, de acordo com os procedimentos estabelecidos pelo órgão central do SINPDEC;*

145.3 *elaborou plano de implantação de obras e serviços para a redução de riscos de desastre;*

145.4 *criou mecanismos de controle e fiscalização para evitar a edificação em áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos;*

145.5 *elaborou carta geotécnica de aptidão à urbanização, estabelecendo diretrizes urbanísticas voltadas para a segurança dos novos parcelamentos do solo e para o aproveitamento de agregados para a construção civil.*

146. *Em resposta (peça 11), a secretaria assevera que o mapeamento foi realizado em agosto de 2013 e que o Plano de Contingência foi elaborado e atualizado dentro dos padrões do SINPDEC.*

147. *Quanto aos três itens restantes, limitou-se a informar que tratam de temáticas atinentes a outras secretarias municipais.*

148. *Acerca das providências que a prefeitura vem adotando para reduzir ocupações em áreas de risco, a secretaria noticiou a realização de obras pelo Estado e pelo Município, cabendo ao órgão local de proteção e defesa civil, tão somente, a adoção de medidas não estruturais.*

149. *As interdições de imóveis que se encontram em situação de risco não cabem à Secretaria Municipal de Defesa Civil, que, nesses casos, produz relatório a ser encaminhado para ação da Secretaria Municipal de Obras.*

150. *As remoções, por outro lado, competem à Secretaria de Assistência Social.*

151. *Conforme relatado à equipe de fiscalização, foram registradas 3.000 interdições, além de quarenta demolições de casas que ofereciam risco a outros imóveis, custeadas com recursos estaduais.*

152. *Relatou-se, ainda, que o Governo do Estado do Rio de Janeiro vem construindo casas e edifícios em locais seguros para atender famílias desabrigadas, com previsão de novas 2.400 moradias.*

153. *Quanto ao cartão de defesa civil, o Município ainda não o utilizou, mas a secretaria municipal receia que a devida prestação de contas seja burocrática e complexa; ainda assim, considera-se apta para, se for o caso, fazer uso desse meio de pagamento.*

154. *O secretário esclareceu, ainda, que, em convênio firmado com as operadoras de telefonia celular Oi, Tim e Vivo, rejeitado por Claro e Nextel, o Município garantiu o livre envio de mensagens do tipo SMS para a população, sem custo para a Prefeitura.*

155. *Atualmente, o sistema de mensagens eletrônicas conta com 10.241 telefones celulares cadastrados, que podem receber informações de ordem geral ou específica para cada bairro da cidade.*

156. *A equipe de fiscalização, ao final, visitou o bairro Village e conheceu o funcionamento da UPC ali instalada, verificando os equipamentos básicos para situações de emergência, os dispositivos de comunicação e a preparação dos agentes comunitários para, se necessário, providenciar o acionamento manual do conjunto de sirenes de alerta daquela localidade.*

4.3.2 – Petrópolis

157. *O Município de Petrópolis, com população estimada de 300.000 habitantes, possui cerca de 15.000 moradias em áreas de risco alto.*

158. *A Secretaria Municipal de Proteção e Defesa Civil do Município de Petrópolis (SEMPDEC) foi criada pela Lei Municipal 7.056/2013 (peça 9) e conta com 64 servidores, entre ocupantes de cargos efetivos e de cargos em comissão, cedidos ou não por outras secretarias.*

159. *A SEMPDEC possui sede administrativa locada e um depósito para guarda de materiais, além de sete viaturas.*

160. *Está prevista a realização de concurso público em 2014 para os cargos de técnico de defesa civil (nível superior: engenheiros, geólogos e meteorologistas), auxiliar técnico de defesa civil (nível técnico: técnicos em edificações, meteorologia, informática) e agentes de defesa civil (nível médio).*

161. *O município dispõe de 60 pluviômetros instalados, entre automáticos e semiautomáticos, 18 conjuntos de sirenes e 10 UPCs.*

162. *As sirenes e UPCs estão situadas no primeiro distrito, pois o Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR), elaborado em 2007, somente abrangeu esta parte da cidade.*

163. *Foram estabelecidos 23 pontos de apoio, em geral escolas, para onde a população está orientada a se dirigir em caso de acionamento das sirenes.*

164. *O PMRR encontra-se em revisão, com o auxílio de levantamento aerofotogramétrico, e até o final de 2014, deverá cobrir todo o município.*

165. *Será incluído no Plano Diretor do município e na Lei de Uso e Ocupação do Solo, também em processo de revisão, a fim de restringir a autorização para novas construções irregulares, e apontará a quantidade considerada ideal de sirenes e UPCs, por área de riscot.*

166. *A SEMPDEC estima que sejam necessários mais cem pluviômetros.*

167. *Quanto às cartas geotécnicas, estão sendo elaboradas em conjunto pelo DRM-RJ e pelo Município.*

168. *Questionada acerca de equipamentos existentes no mercado que poderiam melhorar a atuação da defesa civil, a SEMPDEC apontou para a importância de o Governo Federal e/ou o Governo Estadual aumentarem e qualificarem o sistema de radar existente, sugerindo a inclusão de Radar Banda X, que, muito embora de menor alcance, possui elevada precisão.*

169. *A Secretaria informou também que seria importante dispor de cerca de 30 piezômetros tipo Casagrande (medem o nível de água no solo).*

170. *A SEMPDEC sugere, ainda, que o Governo Federal e/ou o Governo Estadual instale na Região Serrana do Rio de Janeiro um Centro de Redução de Riscos próprio, a fim de melhor receber, interpretar e adequar as informações oriundas do Cemaden e do Cemadem-RJ às peculiaridades regionais.*

171. *O Município de Petrópolis não possui qualquer convênio ou instrumento de ajuste semelhante com as operadoras de telefonia celular, a exemplo do que se verificou em Nova Friburgo, e asseverou que seria de grande utilidade poder ter a possibilidade de enviar mensagens do tipo SMS, com conteúdo específico para alertar moradores de comunidades em situação de risco.*

172. *A SEMPDEC esclareceu, ainda, que, após a catástrofe de 2011 foram ou estão sendo adotadas as seguintes medidas:*

- a) *implantação e manutenção de Núcleos de Defesa Civil (NUDECs);*
- b) *implantação e operação de UPCs;*
- c) *instalação de pluviômetros;*
- d) *realização de cursos de treinamento e capacitação para agentes e técnicos de defesa civil, além de voluntários e funcionários de outros setores da Prefeitura de Petrópolis;*
- e) *realização regular de simulados de evacuação de áreas de risco;*
- f) *demolição e remoção de moradias em áreas de risco alto;*
- g) *desenvolvimento de modelos locais de previsão de efeitos de chuvas;*
- h) *atualização e complementação de mapas de risco do município;*
- i) *atribuição de poder de polícia à SEMPDEC (Lei Municipal 7.056/2013);*
- j) *remoção de famílias moradoras de áreas de risco, com utilização do aluguel social e do auxílio moradia;*
- k) *realização de obras de contenção e drenagem;*
- l) *investimento em capacitação de técnicos;*
- m) *fortalecimento da equipe da Secretaria com o ingresso de três geólogos, ocupantes de cargo efetivo, oriundos de concurso público.*

173. *Estão previstas, também, as seguintes medidas:*

- a) *desenvolvimento de sistema de monitoramento de movimentos de massa;*
- b) *desenvolvimento de estudos e mapeamento de caracterização geológica das áreas de risco médio e elevado;*
- c) *caracterização dos solos das áreas de maior risco;*
- d) *construção de moradias para remoção de famílias de áreas de risco;*
- e) *estudo de implementação de parques florestais ou ecológicos em áreas de risco desocupadas;*

f) *desenvolvimento de projeto de reflorestamento e drenagem das encostas da cidade, visando a redução do potencial de risco.*

174. *A SEMPDEC assegura que, de janeiro de 2011 até hoje, foram realizadas 12.293 vistorias e 2.993 interdições de imóveis, bem como a remoção de cerca de 1.500 famílias de áreas de risco.*

175. *Em 17/3/2013, Petrópolis vivenciou nova tragédia, em decorrência de fortes chuvas seguidas de enchentes e deslizamentos, tendo sido registrados 1.400 desabrigados e desalojados e 34 mortos.*

176. *Atualmente, há 1.872 famílias assistidas por auxílios sociais: quinhentas recebendo aluguel social do Governo Federal; 873 recebendo aluguel social do Governo Estadual; 389 recebendo auxílio aluguel e 110 recebendo auxílio emergência, ambos do Governo Municipal.*

177. *No município de Petrópolis, os 310 agentes de saúde e endemias também funcionam como agentes de defesa civil e realizam monitoramento pluviométrico, ações de prevenção, difusão do conhecimento e de mobilização dos moradores de comunidades em que estão instaladas sirenes, para o que recebem gratificação de R\$ 200 da Prefeitura Municipal.*

178. *Foram criados 50 núcleos comunitários, cada um com o seu respectivo líder, de maneira que a participação da comunidade é considerada fundamental para o sucesso das ações de proteção e defesa civil.*

179. *A população também é orientada a fazer uso de pluviômetro caseiro, que funciona com adesivo distribuído pelo Município em contato com garrafas do tipo pet adaptadas de modo simples e prático.*

180. *A SEMPDEC informou que o INEA reassentou 380 famílias que moravam no Vale do Cuiabá/Itaipava, por meio do sistema de compra assistida/indenização, no valor total de R\$ 14 milhões.*

181. *Afirmou, ainda, que há 431 famílias em processo de negociação de seus imóveis com o INEA, estando assistidas, nesse meio tempo, pelo aluguel social.*

182. *Durante a entrevista realizada pela equipe de fiscalização, o titular da SEMPDEC ponderou sobre os elevados custos que apresentam os projetos na Região Serrana, devido à topografia, necessidade de especificações relativas a drenagem, dentre outros fatores.*

183. *Conforme o secretário, grande parte da população não possui condições de investir em projetos adequados para suas moradias, motivo pelo qual sugeriu a criação de uma espécie de engenharia social, em que o poder público colocaria à disposição da população profissionais capacitados para a elaboração de projetos de arquitetura e engenharia.*

184. *A SEMPDEC deu conta que estuda a implantação do projeto “Engenheiro e Arquiteto da Família”, bem como uma proposta de projeto de lei visando a estabelecer controles para a venda de cimento e a implantação de um cadastro de compradores do insumo.*

185. *Quanto ao cartão de defesa civil, o Município de Petrópolis utilizou R\$ 8 milhões, divididos entre socorro e assistência e restabelecimento.*

186. *A SEMPDEC entende que os procedimentos para uso do cartão e posterior prestação de contas poderiam ser mais bem explicados e sugere que os órgãos de proteção e defesa civil sejam capacitadas entre os meses de maio e outubro.*

187. *Na resposta da SEMPDEC ao ofício de requisição encaminhado pela equipe de fiscalização, consta crítica ao fato de apenas haver recursos federais disponíveis, obtidos por meio de procedimentos previamente estabelecidos, para as ações que sucedem aos desastres.*

188. *A SEMPDEC alega que é difícil para as defesas civis municipais elaborarem projetos a fim de obter recursos para ações de prevenção; assegura que há projetos interessantes e criativos que poderiam reduzir os impactos dos desastres; e sugere que sejam oferecidas aos municípios linhas de recursos específicas para este fim.*

4.3.3 – Teresópolis

189. *O município de Teresópolis possui cerca de 160.000 habitantes, 90% dos quais moram no 1º distrito.*

190. *Cerca de 15.000 edificações estão localizadas em áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos*

191. *Aproximadamente 5.000 pessoas têm suas moradias construídas em locais de alto risco geológico e hidrológico e cerca de 50.000 pessoas em locais de risco.*

192. *Até 29/9/2013, o órgão municipal de defesa civil integrava a estrutura da Secretaria Municipal de Ambiente.*

193. *A estrutura da atual Secretaria Municipal de Defesa Civil conta com o total de 36 servidores; nenhum, contudo, do quadro próprio, mas apenas comissionados e cedidos por outras secretarias.*

194. *O prédio em que funciona a secretaria será destinado a um centro de hemodiálise e não há previsão de novas instalações, conforme relatado pelo titular da pasta.*

195. *Outra preocupação narrada pelo secretário diz respeito à falta de histórico de dados técnicos no âmbito da secretaria, o que gera grande volume de retrabalho, em decorrência da inexistência de carreira específica e de quadro próprio para a área proteção e defesa civil.*

196. *Avalia que, sendo todos os servidores comissionados ou cedidos, a cada mudança de governo o quadro de funcionários é significativamente alterado, comprometendo sobremaneira a guarda e a necessária sequência lógica de informações básicas de atuação da secretaria.*

197. *A Secretaria dispõe de 11 veículos Blazer, doados pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, todos estacionados no pátio por falta de condições de uso, e apenas um veículo com tração 4x4.*

198. *Parte do mobiliário e dos equipamentos de informática da secretaria foram doados pelo Ministério Público Estadual, pela Receita Federal do Brasil ou recebidos em compensações ambientais.*

199. *No que tange ao sistema de alerta e alarme, o município de Teresópolis está dotado de 26 estações de sirenes, duas das quais foram adquiridas pela própria Prefeitura Municipal, com o auxílio de comerciantes locais, e 10 UPCs.*

200. *O secretário estima que seriam necessárias mais seis UPCs e dez estações de sirenes para cobrir todos os distritos de Teresópolis, posto que, atualmente, a totalidade dos equipamentos instalados estão localizados no 1º distrito.*

201. *Em resposta a ofício de requisição da equipe de fiscalização, a Secretaria Municipal de Defesa Civil informou que os equipamentos abaixo listados, com as respectivas quantidades, seriam imprescindíveis à estrutura daquela unidade:*

- a) 6 veículos tracionados, com snorkel;
- b) 2 veículos do tipo van;
- c) 10 computadores;
- d) 6 impressoras

- e) 6 equipamentos de GPS;
- f) 10 máquinas fotográficas;
- g) 50 rádios PX;
- h) 2 estações móveis de alerta e alarme;
- i) equipamentos de proteção individual (capas, botas, lanternas);
- J) 10 megafones.

202. Questionada sobre possíveis melhorias na sua estrutura de pessoal e física, a secretaria informou que seria importante a realização de concurso público para o quadro permanente, bem como a contratação direta de técnicos especializados, e mencionou, também, a necessidade de aquisição de prédio próprio.

203. O secretário sugeriu a criação de centros de referência em proteção e defesa civil, constantes da estrutura do desenvolvimento social, contemplando abrigos em localidades diversas, o que evitaria o imprevisto em situações críticas.

204. A Secretaria informou que, após a catástrofe de 2011, foram adotadas as seguintes medidas:

- a) implantação do sistema de alerta e alarme;
- b) formação dos núcleos de defesa civil nas comunidades;
- c) formalização de convênios com grupos de radioamadores locais;
- d) realização de simulados mensais de evacuação;
- e) planejamento de segurança escolar;
- f) captação de apoio do DRM-RJ na avaliação das áreas de risco;
- g) distribuição de cartazes e folhetos educativos;
- h) implantação das UPCs;
- i) monitoramento das condições climáticas;
- j) realização de treinamentos em outros órgãos.

205. A secretaria destacou o efeito positivo decorrente da implantação do sistema local de alerta e alarme, por ocasião das fortes chuvas verificadas em março de 2013, quando os protocolos para acionamento de sirenes foram atingidos e a população evacuou os locais de risco, sem qualquer registro de óbito, apesar de dezessete haverem sido destruídas.

206. Quanto ao mapeamento de áreas de risco, o Município conta com o Plano Municipal de Redução de Riscos, elaborado em 2007, que contempla apenas o 1º distrito e está desatualizado.

207. Há também levantamentos pontuais do DRM-RJ, que iniciou, em outubro de 2013, a elaboração da Carta Geotécnica de Teresópolis, com prazo de 6 meses para conclusão.

208. O secretário ponderou, ainda, acerca da dificuldade de elaboração projetos adequados à obtenção de recursos, em face da grave carência de profissionais qualificados.

209. Nesse sentido, afirmou haver solicitado, sem sucesso, o auxílio da SEDEC para a estruturação de projetos.

210. Avalia, em resposta ao ofício de requisição da equipe de fiscalização, que a articulação entre a Secretaria Municipal de Defesa Civil e o seu par estadual existe e é positiva, mas que o mesmo não se aplica a SEDEC, haja vista que os laços com a União somente se estreitam em situações emergenciais.

211. Esta observação apresenta-se alinhada à resposta para a questão arguida sobre a percepção do órgão quanto ao cartão de defesa civil, tal qual é concebido, para a disponibilização de recursos a serem utilizados nas fases de resposta e recuperação.

212. *A secretaria expôs sua percepção negativa sobre a concepção do cartão e criticou o fato de serem disponibilizadas vultosas quantias em momentos de crise e não haver investimentos em ações de preparação e prevenção.*
213. *O secretário sugeriu, então, que o cartão viesse a servir, também, para a entrada de recursos fora do período de chuvas, como vistas a ações de prevenção e preparação, em que pese o fato de ter afirmado que a secretaria não se sente apta, por receio, a utilizar o cartão, caso necessário.*
214. *Acrescenta que não dispõe de servidores habilitados a lidar com os recursos públicos e geri-los, nos termos da legislação.*
215. *Quanto ao envio de mensagens de SMS com avisos à população, tal como verificado em Nova Friburgo, foi informado que não há convênios entre a Prefeitura de Teresópolis e as concessionárias de telefonia.*
216. *A secretaria reclama da inexistência de legislação que estabeleça gratuidade para este tipo de serviço, dada a importância e a relevância da matéria.*
217. *Mais uma vez, questionando a falta de recursos para ações de prevenção e preparação, assim como para estrutura de pessoal, o que, sem dúvida, ajudaria os municípios a elaborar e submeter projetos, o secretário atentou para o fato de que, em muitos casos, diante de alertas emitidos pelo Cemaden, os órgãos de proteção e defesa civil municipais não têm condições estruturais para adotar as providências necessárias.*
218. *Quanto aos reassentamentos de famílias cujas casas se encontram em situação de risco, foi informado que, de 2011 até hoje, houve apenas relocações pontuais.*
219. *O secretário criticou a fragilidade do processo de fiscalização dessas moradias e o fato de o município ser pouco incisivo nesse setor de atuação.*
220. *Nos casos de identificação de ocupações irregulares, a Secretaria Municipal de Defesa Civil encaminha informações para a Secretaria Municipal de Planejamento, a fim de que proceda conforme o Código de Obras do Município.*
221. *Finalmente, a secretaria noticiou o registro de 47 imóveis a serem demolidos no bairro Rosário, dos quais dezoito já teriam recebido a atenção da Secretaria Municipal de Obras, responsável pelo serviço.*

5 – DOS PRINCIPAIS ELEMENTOS DE RISCO

222. *A equipe de fiscalização identificou e relacionou áreas sensíveis do SINPDEC, as quais são apresentadas a seguir, acompanhadas da argumentação técnica considerada pertinente.*

5.1 – Ausência de Regulamentação do artigo 3º-A da Lei 12.340/2010

223. *O caput do artigo 3º-A da Lei 12.340/2010 incumbe o Governo Federal de instituir cadastro nacional de municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos, conforme regulamento.*

224. *O parágrafo primeiro versa sobre a inscrição, propriamente dita, dos municípios no cadastro, que pode ocorrer por iniciativa do município ou por indicação dos demais entes federados, de acordo com critérios e procedimentos previstos em regulamento.*

225. *Acontece que, conforme relatado no item 4.1 deste relatório, este artigo ainda não foi regulamentado e o cadastro não existe formalmente, embora já se conheçam os municípios que apresentam maiores riscos sob a ótica da defesa civil.*

226. *O fato de o cadastro não existir formalmente e o regulamento não ter sido elaborado teria menor gravidade caso não houvesse consequências. Entretanto, os parágrafos segundo a sexto do artigo impõem ações que sucedem à inscrição de determinado município no cadastro.*

227. *Aos municípios lá inscritos, com apoio da União e dos Estados, compete:*

227.1 *elaborar mapeamento contendo as áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos;*

227.2 *elaborar Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil e instituir órgãos municipais de defesa civil, de acordo com os procedimentos estabelecidos pelo órgão central do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC;*

227.3 *elaborar plano de implantação de obras e serviços para a redução de riscos de desastre;*

227.4 *criar mecanismos de controle e fiscalização para evitar a edificação em áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos; e*

227.5 *elaborar carta geotécnica de aptidão à urbanização, estabelecendo diretrizes urbanísticas voltadas para a segurança dos novos parcelamentos do solo e para o aproveitamento de agregados para a construção civil.*

228. *Ao Governo Federal cabe publicar, periodicamente, informações sobre a evolução das ocupações em áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos nos municípios constantes do cadastro. Essas informações devem ser encaminhadas, para conhecimento e providências, aos Poderes Executivo e Legislativo dos respectivos estados e municípios e ao Ministério Público.*

229. *Existem medidas relevantes a serem adotadas pelos entes federados após a confecção do cadastro de municípios que possuem áreas de risco. Os municípios visitados pela equipe de fiscalização procuram cumprir essas etapas estabelecidas na lei, por serem de extrema importância para a proteção e defesa civil, mesmo não havendo o cadastro formalizado ou a regulamentação do artigo da lei aqui tratado.*

230. *Mas deve-se atentar para o fato de esses municípios terem sido os mais afetados pelo desastre do início de 2011 e pertencerem a um dos mais robustos estados da federação, economicamente. Provavelmente, há diversos municípios com áreas de risco cuja atuação de proteção e defesa civil nem sequer possa ser comparada à dos municípios visitados.*

231. *Dadas as consequências da elaboração e formalização do cadastro de municípios tratado no artigo 3º-A, da Lei 12.340/2010, bem como da regulamentação desse artigo, para a segurança da população, de modo geral, e para a reorganização urbana dos municípios brasileiros, a equipe entende ser de fundamental importância que o Governo Federal envie esforços para que as duas providências sejam adotadas o mais brevemente possível.*

232. *Nesse sentido, será proposto que a Casa Civil da Presidência da República receba recomendação quanto à importância de regulamentar o dispositivo legal aqui tratado.*

232.1. *Será recomendado também, aos órgãos federais envolvidos, que, em cumprimento ao § 3º do art. 3º-A da Lei 12.340/2010, apoiem, com a urgência devida, face à possibilidade de eventos adversos, os municípios mais suscetíveis a desastres climáticos no Estado do Rio de Janeiro (consoante item 84 deste Relatório, Angra dos Reis, Barra Mansa, Mangaratiba, Niterói, Nova Friburgo, Petrópolis, São Gonçalo e Teresópolis) na efetivação das medidas previstas no § 2º desse mesmo artigo.*

232.2 *A não implementação do previsto no § 2º do art. 3º-A, da Lei 12.340/2010, induz ao não cumprimento do previsto no § 4º do mesmo dispositivo, trazendo riscos consideráveis pela não implementação da publicação periódica de informações sobre a evolução das ocupações em áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos, nos Municípios constantes do cadastro. A curto prazo, tal medida já poderia ser implementada nos municípios sabidamente sujeitos a esses riscos, que rotineiramente vêm sendo alvos de catástrofes climáticas.*

232.3 *Surge também inegável oportunidade de fiscalização para o Tribunal de Contas da União, tendo em conta, fundamentalmente, as obrigações fundamentais que devem ser implementadas pelos entes públicos e que deveriam tomar esse cadastro como ponto de partida. Sendo assim, cabe propor à Secretaria-Geral de Controle Externo e ao Ministro-Relator, oportunamente, ação de controle, entre aquelas previstas nos arts. 239, 241, 242 e 243 do RI/TCU, nas unidades competentes do Ministério da Integração Nacional, do Ministério das Cidades, da Caixa Econômica Federal, do governo estadual e de governos municipais, extensivas a demais órgãos e entidades relacionados, com o fim de verificar a implementação das obrigações fundamentais que devem ser implementadas pelos entes públicos e que deveriam tomar, como ponto de partida, o cadastro de municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos.*

5.2 – Deficiência de Estrutura das Secretarias Municipais de Defesa Civil

233. *A equipe de fiscalização, com base nas visitas realizadas, constatou que, de modo geral, as secretarias municipais de defesa civil não estão adequadamente preparadas para enfrentar os desastres naturais.*

234. *Os municípios de Nova Friburgo, Petrópolis e Teresópolis integram a Região Serrana do segundo estado mais representativo no Produto Interno Bruto do Brasil. Os três compuseram o cenário do pior desastre natural já verificado no país e, por isso, passaram a ter as atenções de muitos a eles voltadas, no que tange ao tema proteção e defesa civil.*

235. *Os municípios visitados destinam aos seus respectivos órgãos de proteção e defesa civil pequena quantidade de recursos. Ora, se as defesas civis de municípios para os quais as atenções estão voltadas, pertencentes a um dos maiores estados em geração de riqueza do país, têm estruturas precárias e recebem poucos recursos, o raciocínio lógico aponta para situações ainda piores em outros municípios com áreas de risco em seus territórios.*

236. *As deficiências que saltam aos olhos dizem respeito à estrutura física e à de pessoal. Os municípios visitados vêm aprimorando a legislação sobre defesa civil e tendem a ter, em breve, arcabouço legal equivalente.*
237. *Quanto à estrutura de pessoal, não há carreira específica. A esmagadora maioria dos servidores ocupa cargos de livre nomeação e exoneração. Na realidade, a cada mudança de governo é trocado percentual representativo, quando não a totalidade, dos ocupantes dos cargos disponibilizados às defesas civis municipais.*
238. *Os efeitos dessas mudanças nos quadros são danosos por não permitirem haver continuidade dos projetos e, em muitos casos, haver perda da memória dos trabalhos realizados. O conhecimento deixa de ser institucionalizado e é levado com as pessoas.*
239. *Restou claro à equipe de fiscalização ser de fundamental importância para o bom funcionamento das defesas civis municipais, no longo prazo, o estabelecimento de uma carreira específica de defesa civil, com realização de concursos públicos visando ao preenchimento das vagas por servidores que possam seguir trabalhando no órgão, independentemente das mudanças de governo.*
240. *No que tange à estrutura física, há deficiências que poderiam ser minimizadas com investimentos relativamente baixos, ante os benefícios à população trazidos por uma defesa civil bem equipada e treinada.*
241. *A atividade desempenhada pela defesa civil requer, além da disponibilização de imóveis adequados ao bom funcionamento dos respectivos órgãos, a aquisição de equipamentos de informática, geradores, mobiliário, veículos, equipamentos de comunicação, apenas para citar alguns.*
242. *As defesas civis utilizam-se intensivamente de recursos de informática, processam informações e tomam decisões. Não pode haver falta de energia, daí a necessidade de utilização de no breaks e geradores.*
243. *É fato que está em curso uma transformação na defesa civil do país após o desastre do início de 2011 e que o trabalho desempenhado pelas defesas civis municipais, nos moldes atuais, é recente.*
244. *Partindo para uma análise conjuntural, constata-se que a repartição tributária brasileira destina à União a maior parte dos recursos apurados, deixando aos municípios parcela menor.*
245. *Uma das consequências deste regime é haver frequente necessidade de solicitação de recursos pelos municípios à União. Contudo, os mecanismos de obtenção de recursos pelos municípios nem sempre são eficazes.*
246. *A necessidade de obtenção de recursos já verificada nos municípios tende a ser maior ainda com a regulamentação do artigo 3º-A da Lei 12.340/2010, tratada no subitem 5.1, após a qual os municípios inscritos no cadastro previsto no dispositivo passarão a ter obrigações a cumprir, absorvedoras de investimentos.*
247. *Será importante constituir mecanismos que possibilitem, de fato, aos municípios ter acesso aos recursos que tornem eficazes os mandamentos legais.*
248. *Portanto, diante da necessidade de constituição, nos municípios, de quadros efetivos permanentes de defesa civil, das exigências de investimento em estrutura física e equipamentos diversos, associadas às obrigações que passarão a ter os municípios com a regulamentação do artigo 3º-A da Lei 12.340/2010, será recomendado ao Governo Federal, ao final, que avalie a conveniência e a oportunidade de criar e/ou aperfeiçoar meios de transferência voluntária de recursos e/ou linhas de crédito oficiais que tenham por finalidade a garantia de condições apropriadas aos municípios*

brasileiros para o desempenho de ações de prevenção, mitigação e preparação associadas à proteção e à defesa civil.

5.3 – Deficiência da Capacitação de Usuários do Cartão de Pagamento de Defesa Civil

249. Embora uma das diretrizes da PNPDEC aponte para a priorização das ações preventivas relacionadas à minimização de desastres, de acordo com o artigo 4º da Lei 12.608/2012, o Ministério da Integração Nacional, principal articulador das ações de proteção e defesa civil no país, ao qual se integra SEDEC, órgão central do SINPDEC, não dispõe de recursos para alavancar projetos de prevenção de desastres.

250. A principal medida adotada pelo Ministério da Integração Nacional no sentido de facilitar o acesso de estados e municípios a recursos federais foi o desenvolvimento do cartão de pagamento de defesa civil, meio de pagamento através do qual os estados e municípios que tenham tido suas decretações de estado de emergência ou de calamidade pública reconhecidas pela SEDEC utilizam recursos federais repassados para ações de resposta e recuperação.

251. As transferências desses recursos são obrigatórias, por força do artigo 4º da Lei 12.340/2010. A SEDEC desenvolveu um manual contendo explicações para os usuários do cartão (peça 14).

252. Contudo, a percepção dos Secretários Municipais de Nova Friburgo, Petrópolis e Teresópolis, assim como a do Superintendente Operacional da SEDEC-RJ aponta para a existência de possibilidade de aperfeiçoamento da forma de orientação e utilização do meio de pagamento.

253. A SEDEC-RJ e o Município de Petrópolis já usaram recursos por meio do cartão e encontraram dificuldades práticas. Todos os responsáveis pelos órgãos visitados demonstraram desconforto e receio em utilizar o cartão, em muito atribuído ao desconhecimento sobre a prestação de contas.

254. Diante dessa constatação, a despeito do mérito da disponibilização facilitada de recursos para resposta, sem que haja paralelo quanto a recursos para prevenção, convém recomendar que a SEDEC, em que pese o fato de a PNPDEC ter como diretriz a priorização da prevenção, procure analisar as dificuldades enfrentadas por aqueles que utilizaram o cartão, bem como os motivos que levam muitos gestores a ter receio de utilizá-lo, para evitar que o instrumento criado não venha a se tornar ineficaz e, se entender oportuno, promova ações de capacitação dos seus usuários mediante o oferecimento de cursos à distância ou outros instrumentos que julgue apropriados.

5.4 – Inobservância da União à Diretriz de Prioridade da Prevenção

255. O artigo 4º, III, da Lei 12.608/2012, estabelece prioridade às ações preventivas relacionadas à minimização de desastres como diretriz da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC).

256. Estudos técnicos diversos convergem para o fato de que o investimento em ações de prevenção propicia significativa economia de recursos aplicados em ações de resposta e recuperação, além de reduzir drasticamente o impacto de ameaças naturais e combater diretamente a pobreza da população residente em áreas de risco.

257. Segundo Markkyu Niscala, ex-secretário geral da Federação Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho – IFRC, “para cada dólar gasto em prevenção, há uma economia entre quatro e seis dólares antes gastos com resposta” (peça 23).

258. De acordo com o Relatório Final da Comissão Temporária Interna sobre Defesa Civil, do Senado federal, criada por meio do Requerimento 171, de 2011, “para cada unidade monetária aplicada em ações de prevenção, outras sete são economizadas em ações de resposta e reconstrução” (peça 24).

259. *A Secretaria Nacional de Planejamento e Desenvolvimento do Equador, por sua vez, conforme trabalho citado na IV Plataforma Global de Gestão de Riscos de Desastres, concluiu que, “para cada dólar investido em prevenção, o país economizou nove dólares e meio” (peça 25).*

260. *Nesse contexto, importa analisar a distribuição de recursos constantes do orçamento da União, consideradas as ações definidas em lei e abrangidas pela Política Nacional de Proteção e Defesa Civil.*

261. *Em breve análise das transferências realizadas à conta dos três principais programas orçamentários, já apresentadas no subitem 3.5, percebe-se a concentração de recursos federais em ações de resposta e recuperação, em detrimento daquelas voltadas para prevenção, mitigação e preparação.*

262. *Com efeito, no exercício 2011, o Programa 1027 – Prevenção e Preparação para Desastres concentrou R\$ 123.787.630,62 (15%), ao passo que o Programa 1029 – Resposta a Desastres e Reconstrução respondeu por R\$ 706.177.818,51 (85%).*

263. *No exercício 2012, o Programa 2040 – Gestão de Riscos e Respostas a Desastres, com transferências no total de R\$ 605.519.552,40, também passou a contemplar ações típicas de prevenção, mitigação e preparação, à exceção daquela denominada 22BO, voltada para medidas típicas de resposta e recuperação, no montante de R\$ 242.584.435,41.*

264. *Sendo assim, em 2012, tendo em vista as transferências relativas ao Programa 1027, de R\$ 68.924.850,43, e ao Programa 1029, de R\$ 349.223.850,88, a distribuição de recursos orçamentários ocorreu na forma de 42% para ações de prevenção, mitigação e preparação e 52% para ações de resposta e recuperação.*

265. *No exercício 2013, levado em conta o mesmo raciocínio, estes percentuais variaram para 45% e 55%, respectivamente, uma vez que foram transferidos R\$ 16.386.953,23 do Programa 1027, R\$ 12.109.408,34 do Programa 1029 e R\$ 419.519.943,29 do Programa 2040, sendo R\$ 235.689.716,30 exclusivos da Ação 22BO.*

266. *Nada obstante, vale destacar que o Município de Petrópolis, sabidamente em situação crítica quanto a riscos de deslizamentos de grande impacto, recebeu da União, nos exercícios 2012 e 2013, tão somente R\$ 8.000.000,00, para ações diretas de proteção e defesa civil não relacionadas a prevenção, mitigação e preparação.*

267. *Este é o teor do expediente de resposta ao Ofício 2-1415/2013, segundo o qual a Prefeitura Municipal alega haver recebido, no período, recursos federais correspondentes a R\$ 3.997.659,50 para ações de socorro e assistência e R\$ 4.002.340,50 para ações de restabelecimento (peça 9).*

268. *A propósito, a crítica à falta de recursos da União para ações de prevenção, mitigação e preparação é unânime entre os agentes de proteção e defesa civil entrevistados pela equipe de fiscalização, que constatou, in loco, assim como já relatado no subitem 5.2, a relativa precariedade da estrutura dos órgãos de proteção e defesa civil municipais.*

269. *Vale refrisar a demanda constante dos ofícios de resposta às requisições de informações formuladas pelos auditores de controle externo, que, em resumo, apontam a carência de espaço físico próprio, de pessoal qualificado, de equipamentos adequados e de instrumentos de financiamento acessíveis, tudo relacionado às ações de prevenção, mitigação e preparação.*

270. *Portanto, diante da obrigação legal de prioridade a ações voltadas para a minimização de desastres; do desequilíbrio orçamentário e financeiro entre estas ações e aquelas de resposta e reconstrução; e da necessidade incontestada de apoio aos órgãos competentes municipais, revela-se pertinente recomendar ao Governo Federal que avalie a conveniência e a oportunidade de criar e/ou aperfeiçoar meios de transferência voluntária de recursos e/ou linhas de crédito oficiais que tenham*

por finalidade a garantia de condições apropriadas aos municípios brasileiros para o desempenho de ações de prevenção, mitigação e preparação associadas à proteção e à defesa civil.

270.1 *Contribui também para este achado a ausência de implementação e regulamentação do Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil, consoante previsto no inciso VIII, e nos §§ 1º e 2º do art. 6º da Lei 12.608/2012.*

5.5 – Ineficácia do Fundo Especial para Calamidades Públicas (FUNCAP)

271. *Instituído pelo Decreto-Lei 950/1969, o Fundo Especial para Calamidades Públicas (FUNCAP) passou a ser regido pelo disposto na Lei 12.340/2010, que limita sua abrangência ao custeio de ações de reconstrução em áreas atingidas por desastres nos entes federados cotistas em situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecidos pelo Poder Executivo Federal e, em casos excepcionais, autoriza o custeio de ações de socorro, assistência às vítimas e restabelecimento de serviços essenciais nestas mesmas áreas.*

272. *O patrimônio do FUNCAP constitui-se de cotas integralizadas em moeda corrente pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, em caráter voluntário, e pela União, obrigatoriamente, no montante de três vezes a participação financeira de cada um de seus integrantes.*

273. *Verificada a ocorrência de desastres em seus territórios, aos entes federados cotistas é garantido o saque de recursos do FUNCAP, para exclusiva aplicação nas ações previstas em lei, até o limite de suas cotas, acrescido do correspondente aporte financeiro da União.*

274. *Os recursos sacados referentes à parcela integralizada pela União não são passíveis de restituição, exceto se utilizados em desacordo com a finalidade do FUNCAP.*

275. *Há de se destacar, entretanto, que a própria Lei 12.340/2010, com redação dada pela Lei 12.608/2012, passou a estabelecer a transferência obrigatória de recursos da União a órgãos e entidades dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para custeio de ações de resposta e recuperação relacionadas a desastres.*

276. *Resta patente, então, a incongruência entre dispositivos do mesmo diploma legal, que tratam da destinação de recursos públicos federais para idêntico fim, implicando o esvaziamento do FUNCAP pelo natural desinteresse de participação dos entes federados.*

277. *Noutras palavras, não há razão lógica para ingresso de Estados, Distrito Federal e Municípios em fundo especial que se presta ao custeio de ações para as quais existe previsão de transferência obrigatória de recursos da União.*

278. *De outro lado, a disponibilidade de recursos financeiros para investimentos em ações de prevenção, mitigação e preparação de desastres, certamente reduziria o impacto das constatações registradas nos subitens precedentes, em especial aquelas inerentes à pendência de regulamentação e instituição do cadastro nacional de municípios com áreas de risco e, via de consequência, à ausência de mapeamentos, planos de contingências, planos de implantação de obras e serviços e cartas geotécnicas, além daqueles relativos à deficiência estrutural das repartições municipais de proteção e defesa civil e à inobservância à diretriz de prioridade de ações voltadas para a minimização de desastres, contemplada no artigo 4º, III, da Lei 12.608/2012.*

279. *Nesse sentido, considerando a ineficácia do FUNCAP, decorrente da obrigatoriedade, por outros meios, de transferência de recursos públicos federais para os mesmos fins a que se destina, assim como a relativa escassez de investimentos em ações preventivas de proteção e defesa civil, a despeito da devida priorização legal, convém recomendar ao Governo Federal que avalie a conveniência e oportunidade de propor ao Congresso Nacional a alteração da Lei 12.340/2010, especialmente com vistas a ampliar a abrangência de custeio pelo fundo especial, de modo a alcançar ações de prevenção, mitigação e preparação de desastres.*

5.6 – Relocação Intempestiva de Comunidades e Moradores

280. O artigo 14 da Lei 12.608/2012 estabelece que os programas habitacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios devem priorizar a relocação de comunidades atingidas e de moradores de áreas de risco.

281. Em 14/11/2013, motivada pela fiscalização em curso, a Secex-RJ oficiou a Caixa Econômica Federal – CEF para esclarecimentos acerca das providências adotadas em relação ao dispositivo legal em referência e para envio de informações quanto aos programas habitacionais em andamento e/ou concluídos nos últimos três anos na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro (peça 3).

282. Em resposta, a CEF encaminhou os esclarecimentos solicitados e informou haver contratado, no período considerado, 25 empreendimentos no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), nos municípios serranos de Cachoeira do Macacu, Comendador Levy Gasparian, Nova Friburgo, Petrópolis, São José do Vale do Rio Preto e Teresópolis (peças 21 e 22).

283. Dos 25 empreendimentos citados, onze são apresentados com valor de investimento sob sigilo e vinculados ao Programa de Apoio à Produção de Habitações – PAHA.

284. Relativamente aos catorze empreendimentos restantes, portanto, foram envolvidos recursos no montante de R\$ 374.955.666,02, para 4.722 imóveis do tipo apartamento nos municípios de Nova Friburgo, Petrópolis e Teresópolis.

285. Ainda segunda a CEF, nove destes empreendimentos tiveram suas obras concluídas, abrangendo 3.806 apartamentos.

286. Reportagem da Revista Veja, em edição de 25/11/2013, por outro lado, noticia, em destaque, que “Região Serrana do Rio terá mais um verão de improviso: casas e radares prometidos não foram entregues”, que “Das 8.000 construções prometidas por Dilma, só 506 ficaram prontas” e, também, que “Candidato ao governo em 2014, Pezão vai inaugurar as obras ao longo da campanha eleitoral”.

287. Por conexão, importa lembrar que os três municípios visitados pela equipe de fiscalização ainda reúnem 35.000 moradias em áreas sujeitas a deslizamentos e/ou inundações e que deram lugar, há menos de três anos, à maior catástrofe climática verificada no país.

288. Logo, nesse contexto, surge inegável oportunidade de fiscalização para o Tribunal de Contas da União, tendo em conta, fundamentalmente, a relevância social da matéria, em virtude das precárias condições de segurança impostas a grande número de famílias fluminenses; o significativo montante de recursos federais envolvidos; e, ainda, a importância da solução de relocação em contraste com a intempestividade da ação estatal.

289. Sendo assim, cabe propor à Secretaria-Geral de Controle Externo, oportunamente, ação de controle, entre aquelas previstas nos arts. 239, 241, 242 e 243 do RI/TCU, nas unidades competentes do Ministério da Integração Nacional, do Ministério das Cidades, da Caixa Econômica Federal, do governo estadual e de governos municipais, extensivas a demais órgãos e entidades relacionados, com o fim de verificar a situação de relocação de comunidades atingidas por desastres e de moradores de áreas de risco no Estado do Rio de Janeiro.

289.1 Cabe também recomendar a adoção imediata de providências com o fim de priorizar a relocação de comunidades atingidas e de moradores de áreas de risco, e de aumento da oferta de terra urbanizada para utilização em habitação de interesse social, como previsto nos arts 14 e 16 da Lei 12.608/2012, e no inciso III, do art. 3º, da Lei 11.977/2009. Essa proposta guarda relevância para os municípios mais suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos no Estado do Rio de Janeiro (Angra dos Reis, Barra Mansa, Mangaratiba, Niterói, Nova Friburgo, Petrópolis, São Gonçalo e Teresópolis), e, em

especial, no que diz respeito aos municípios de Petrópolis, Nova Friburgo e Teresópolis, onde há aproximadamente 35.000 residências nessa condição, como visto.

(...)

7 – PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

305. Apesar de a emissão de determinações ou recomendações não ser praxe em trabalhos de levantamento de auditoria, considera-se que, no presente trabalho, foram suficientemente identificadas oportunidades de melhoria que justificam a proposição de recomendações imediatas.

306. Ante o exposto, submetem-se os autos à consideração superior, para posterior encaminhamento ao Exmo. Sr. Ministro Relator, Raimundo Carreiro, propondo a este Tribunal:

I. recomendar à Casa Civil da Presidência da República, com fulcro no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, que avalie a conveniência e a oportunidade de:

a) criar ou aperfeiçoar meios de transferência voluntária de recursos e linhas de crédito oficiais que tenham por finalidade a garantia de condições apropriadas aos municípios brasileiros para o desempenho de ações de prevenção, mitigação e preparação associadas à proteção e à defesa civil, haja vista os diplomas legais pertinentes (Leis 12.340/2010 e 12.608/2012) não especificarem mecanismos de transferências federais para tais ações (item 270 deste Relatório);

b) propor ao Congresso Nacional a alteração da Lei 12.340/2010, especialmente com vistas a ampliar a abrangência de custeio pelo Fundo Especial para Calamidades Públicas (FUNCAP), de modo a alcançar ações de prevenção, mitigação e preparação para desastres (item 279 deste Relatório);

II. recomendar à Casa Civil da Presidência da República, com fulcro no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, que regulamente o art. 3º-A, da Lei 12.340/2010, providência já demandada no citado dispositivo, em função da necessidade de formalização do cadastro de municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos, e também em função das consequências da regulamentação e da formalização do cadastro para a reorganização urbana dos municípios brasileiros e para o aumento da segurança da população brasileira no que diz respeito à proteção e à defesa civil (item 232 deste Relatório);

III. recomendar ao Ministério da Integração Nacional e ao Ministério das Cidades, com fulcro no § 3º do art. 3º-A da Lei 12.340/2010, nos arts. 2º e 6º, em seu inciso IV, da Lei 12.608/2012, e no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, que apoiem, no âmbito de suas competências, com a urgência devida em função dos riscos envolvidos, os municípios mais suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos no Estado do Rio de Janeiro (Angra dos Reis, Barra Mansa, Mangaratiba, Niterói, Nova Friburgo, Petrópolis, São Gonçalo e Teresópolis), antes mesmo da regulamentação prevista no art. 3º-A, da Lei 12.340/2010, objeto da recomendação do item II acima, na implementação e na finalização das seguintes ações, previstas no § 2º do art. 3º-A da Lei 12.340/2010 (item 232.1 deste Relatório):

a) elaboração de mapeamento contendo as áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos;

b) elaboração de Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil e instituição de órgãos municipais de defesa civil, de acordo com os procedimentos estabelecidos pelo órgão central do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC;

c) elaboração de plano de implantação de obras e serviços para a redução de riscos de desastre;

d) *criação de mecanismos de controle e fiscalização para evitar a edificação em áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos;*

e) *elaboração de carta geotécnica de aptidão à urbanização, estabelecendo diretrizes urbanísticas voltadas para a segurança dos novos parcelamentos do solo e para o aproveitamento de agregados para a construção civil;*

IV. *recomendar ao Ministério das Cidades, com fulcro nos arts. 14 e 16 da Lei 12.608/2012, e no inciso III, do art. 3º, da Lei 11.977/2009, e no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, que avalie a conveniência e a oportunidade de, no que diz respeito aos municípios mais suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos no Estado do Rio de Janeiro (Angra dos Reis, Barra Mansa, Mangaratiba, Niterói, Nova Friburgo, Petrópolis, São Gonçalo e Teresópolis), sejam priorizados programas habitacionais de forma a efetivar, com urgência, a relocação de famílias residentes em áreas de risco ou que tenham sido desabrigadas, em especial no que diz respeito aos municípios de Petrópolis, Nova Friburgo e Teresópolis, onde há aproximadamente 35.000 residências nessas condições (item 289.1 deste Relatório);*

V. *recomendar ao Ministério da Integração Nacional, com fulcro no § 4º do art. 3º-A da Lei 12.340/2010, e no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, que, a despeito de ainda não ter sido regulamentado o cadastro previsto no art. 3º-A da Lei 12.340/2010, publique periodicamente, por sua importância preventiva, informações sobre a evolução das ocupações em áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos, nos Municípios já sabidamente sujeitos a esses riscos, ou seja, aqueles que rotineiramente vêm sendo alvos de catástrofes climáticas (item 232.2 deste Relatório);*

VI. *recomendar ao Ministério da Integração Nacional que implemente e regule o Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil, consoante previsto no inciso VIII, e nos §§ 1º e 2º do art. 6º da Lei 12.608/2012 (item 270.1 deste Relatório);*

VII. *recomendar à Secretaria Nacional de Defesa Civil/Ministério da Integração Nacional, com fulcro no art. 250, III, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, que avalie a conveniência e a oportunidade de realização de eventos de capacitação dos gestores estaduais e municipais quanto ao uso do Cartão de Pagamento de Defesa Civil (item 254 deste Relatório);*

VIII. *determinar à Casa Civil da Presidência da República, ao Ministério da Integração Nacional e ao Ministério das Cidades que informem a este Tribunal, por intermédio da Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex-RJ), no prazo de 90 dias a contar da ciência da deliberação a ser proferida, as providências que vierem a ser adotadas, para o atendimento das presentes recomendações, que visam à plena implementação, no estado do Rio de Janeiro, das ações inerentes ao Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, conforme previsto nas Leis 12.340/2010 e 12.608/2012 (item 304 deste Relatório);*

IX. *encaminhar cópia do acórdão que vier a ser adotado, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentarem à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro; ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; à Casa Civil da Presidência da República; ao Ministério da Integração Nacional; ao Ministério das Cidades; à Secretaria Nacional de Defesa Civil; ao Governo do Estado do Rio de Janeiro; à Secretaria de Estado de Defesa Civil do Rio de Janeiro; ao Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro; à Secretaria de Defesa Civil do Município de Nova Friburgo/RJ; à Secretaria Municipal de Proteção e Defesa Civil do Município de Petrópolis/RJ e à Secretaria Municipal de Defesa Civil do Município de Teresópolis/RJ e às*

Prefeituras Municipais de Angra dos Reis, Barra Mansa, Mangaratiba, Niterói, Nova Friburgo, Petrópolis, São Gonçalo e Teresópolis;

X. arquivar os presentes autos, com fulcro no art. 169 do RI/TCU.”

VOTO

Trago à apreciação deste Colegiado Relatório de Levantamento sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC). O objetivo do trabalho foi conhecer as medidas que o Governo Federal, o Governo do Estado do Rio de Janeiro e os municípios fluminenses mais sujeitos a riscos relacionados a catástrofes climáticas estão adotando para reduzir o impacto de eventuais desastres naturais.

2. Como visto no Relatório antecedente, diante da oportunidade de melhoria para o aperfeiçoamento imediato do Sistema e, sobretudo, tendo em vista os riscos consideráveis pela não implementação a curto prazo do previsto nos §§ 2º e 4º, art. 3º-A, da Lei 12.340/2010, assim como do disposto nos arts. 14 e 16 da Lei 12.608/2012, decidi, com espeque no art. 29 do RI/TCU, adotar a Decisão à peça 30. A medida foi ratificada pelo Plenário na Sessão de 22/1/2014 (peça 43).

3. O Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) é composto por diversos atores e, para o seu bom funcionamento, é necessário que os trabalhos dos órgãos e entidades municipais, estaduais e federais sejam articulados. No âmbito dos municípios, a área de defesa civil não é devidamente aparelhadas para enfrentar os desastres naturais, apesar de estarem em curso medidas do Governo Federal com vistas a melhorar esta situação. No presente trabalho, verificou-se que os órgãos municipais de defesa civil carecem de estrutura de pessoal fixa, composta por cargos efetivos.

4. Apesar de imprescindíveis, os investimentos em pessoal e equipamentos específicos de defesa civil não são, isoladamente, suficientes para minimizar os efeitos de desastres naturais. Precisam ser acompanhados de investimentos em zoneamento urbano, controle de ocupação de áreas de risco e, até mesmo, desocupação de áreas cuja ocupação represente risco para a população.

5. No caso do Rio de Janeiro, a Secretaria de Estado de Defesa Civil atua de forma articulada com defesas civis municipais. Existe constante troca de informações e união de esforços. Isso foi constatado pela equipe de fiscalização nas visitas realizadas aos Municípios de Nova Friburgo, Petrópolis e Teresópolis, locais em que se registrou o maior número de vítimas fatais no desastre do início de 2011, evento após o qual houve inflexão no tratamento do tema proteção e defesa civil em nosso país.

6. O serviço geológico nacional e o estadual do Rio de Janeiro, CPRM e DRM-RJ, respectivamente, efetuam os mapeamentos dos municípios e elaboram trabalhos em que são apontadas as áreas de risco geológico. O Instituto Estadual do Ambiente (INEA), por sua vez, desenvolve os estudos hidrológicos no Estado do Rio de Janeiro.

7. Identificou-se que os principais riscos enfrentados pelos municípios fluminenses são inundações e escorregamentos, sendo estes repentinos e com menores chances de escape para as pessoas desavisadas. Por causa disso, foi desenvolvido, no Estado do Rio de Janeiro, um sistema de alerta e alarme em que as chuvas acumuladas são medidas e, caso atinjam um nível crítico pré-estabelecido, sirenes são acionadas para evacuação da população. Esse sistema vem sendo utilizado e a ele são atribuídos os méritos de diversas mortes evitadas no Estado.

8. No âmbito federal as obras visando a minimizar os efeitos de desastres naturais estão a cargo do Ministério das Cidades. O Ministério da Integração Nacional disponibiliza a estados e municípios recursos para ações de resposta, por meio do cartão de pagamento de defesa civil. Contudo, em que pese o fato de a legislação estabelecer a priorização da prevenção como uma das diretrizes da Política Nacional de proteção e Defesa Civil (PNPDEC), é mais fácil para os municípios obterem recursos para ações de resposta do que para ações preventivas.

9. Os municípios não possuem quadros qualificados capazes de desenvolver projetos a fim de captar recursos junto à União, ente federado detentor da maior parcela dos recursos públicos. Além disso, no curso do presente levantamento foram constatadas as seguintes deficiências:

- a) ausência de regulamentação do artigo 3º-A da Lei 12.340/2010, que trata do cadastro nacional de municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos;
- b) estrutura inadequada das secretarias municipais de defesa civil;
- c) deficiência da capacitação de usuários do cartão de pagamento de defesa civil;
- d) inobservância da União à diretriz de prioridade da prevenção;
- e) ineficácia do Fundo Especial para Calamidades Públicas (FUNCAP); e
- f) realocação intempestiva de comunidades e moradores;
- g) ausência de implementação e regulamentação do Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil, consoante previsto no inciso VIII, e nos §§ 1º e 2º do art. 6º da Lei 12.608/2012.

10. Diante da percuente análise realizada pela unidade técnica, acolho integralmente o encaminhamento proposto. Além disso, considerando que o presente trabalho tem o condão de fornecer subsídios para a atuação de outros órgãos ou autoridades; tendo em vista que nenhum dos elementos deste processo demanda caráter sigiloso; e em razão do interesse público relacionado ao tema, julgo que deva ser levantada a chancela de sigilo destes autos.

11. Ante o exposto, Voto por que o Tribunal adote a minuta de Acórdão que ora submeto à apreciação deste Colegiado.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 26 de março de 2014.

RAIMUNDO CARREIRO
Relator

ACÓRDÃO Nº 760/2014 – TCU – Plenário

1. Processo nº TC 025.143/2013-1.
2. Grupo I – Classe de Assunto: V – Relatório de Levantamento.
3. Interessados/Responsáveis:
 - 3.1. Interessado: Tribunal de Contas da União.
 - 3.2. Responsável: não há.
4. Entidades: Governo do Estado do Rio de Janeiro; Prefeitura Municipal de Angra dos Reis - RJ; Prefeitura Municipal de Barra Mansa - RJ; Prefeitura Municipal de Itaperuna - RJ; Prefeitura Municipal de Mangaratiba - RJ; Prefeitura Municipal de Niterói - RJ; Prefeitura Municipal de Nova Friburgo - RJ; Prefeitura Municipal de Petrópolis - RJ; Prefeitura Municipal de São Gonçalo - RJ; Prefeitura Municipal de Teresópolis - RJ; Prefeitura Municipal de Três Rios – RJ.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RJ (SECEX-RJ).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de Relatório de Levantamento sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC), realizado com o objetivo de conhecer as medidas adotadas pelo Governo Federal, pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro e pelos municípios fluminenses mais sujeitos a riscos relacionados a catástrofes climáticas para reduzir o impacto de eventuais desastres naturais.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1 recomendar à Casa Civil da Presidência da República, com fulcro no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, que avalie a conveniência e a oportunidade de:

9.1.1. criar ou aperfeiçoar meios de transferência voluntária de recursos e linhas de crédito oficiais que tenham por finalidade a garantia de condições apropriadas aos municípios brasileiros para o desempenho de ações de prevenção, mitigação e preparação associadas à proteção e à defesa civil, haja vista os diplomas legais pertinentes (Leis 12.340/2010 e 12.608/2012) não especificarem mecanismos de transferências federais para tais ações;

9.1.2. propor ao Congresso Nacional a alteração da Lei 12.340/2010, especialmente com vistas a ampliar a abrangência de custeio pelo Fundo Especial para Calamidades Públicas (FUNCAP), de modo a alcançar ações de prevenção, mitigação e preparação para desastres ;

9.2. recomendar à Casa Civil da Presidência da República, com fulcro no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, que regule o art. 3º-A, da Lei 12.340/2010, providência já demandada no citado dispositivo, em função da necessidade de formalização do cadastro de municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos, e também em função das consequências da regulamentação e da formalização do cadastro para a reorganização urbana dos municípios brasileiros e para o aumento da segurança da população brasileira no que diz respeito à proteção e à defesa civil (item 232 deste Relatório);

9.3. ratificar a recomendação para o Ministério da Integração Nacional e para o Ministério das Cidades, com fulcro no § 3º do art. 3º-A da Lei 12.340/2010, nos arts. 2º e 6º, em seu inciso IV, da Lei 12.608/2012, e no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, para que apoiem, no âmbito de suas competências, com a urgência devida em função dos riscos envolvidos, os municípios mais suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos no Estado do Rio de Janeiro (Angra dos Reis, Barra

Mansa, Mangaratiba, Niterói, Nova Friburgo, Petrópolis, São Gonçalo e Teresópolis), antes mesmo da regulamentação prevista no art. 3º-A, da Lei 12.340/2010, objeto da recomendação do item 9.2. retro, na implementação e na finalização das seguintes ações, previstas no § 2º do art. 3º-A da Lei 12.340/2010 (item 232.1 deste Relatório):

9.3.1. elaboração de mapeamento contendo as áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos;

9.3.2. elaboração de Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil e instituição de órgãos municipais de defesa civil, de acordo com os procedimentos estabelecidos pelo órgão central do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC;

9.3.3. elaboração de plano de implantação de obras e serviços para a redução de riscos de desastre;

9.3.4. criação de mecanismos de controle e fiscalização para evitar a edificação em áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos;

9.3.5. elaboração de carta geotécnica de aptidão à urbanização, estabelecendo diretrizes urbanísticas voltadas para a segurança dos novos parcelamentos do solo e para o aproveitamento de agregados para a construção civil;

9.4. ratificar a recomendação ao Ministério das Cidades, com fulcro nos arts. 14 e 16 da Lei 12.608/2012, e no inciso III, do art. 3º, da Lei 11.977/2009, e no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, que avalie a conveniência e a oportunidade de, no que diz respeito aos municípios mais suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos no Estado do Rio de Janeiro (Angra dos Reis, Barra Mansa, Mangaratiba, Niterói, Nova Friburgo, Petrópolis, São Gonçalo e Teresópolis), sejam priorizados programas habitacionais de forma a efetivar, com urgência, a relocação de famílias residentes em áreas de risco ou que tenham sido desabrigadas, em especial no que diz respeito aos municípios de Petrópolis, Nova Friburgo e Teresópolis, onde há aproximadamente 35.000 residências nessas condições (item 289.1 deste Relatório);

9.5. ratificar a recomendação ao Ministério da Integração Nacional, com fulcro no § 4º do art. 3º-A da Lei 12.340/2010, e no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, para que, a despeito de ainda não ter sido regulamentado o cadastro previsto no art. 3º-A da Lei 12.340/2010, publique periodicamente, por sua importância preventiva, informações sobre a evolução das ocupações em áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos, nos Municípios já sabidamente sujeitos a esses riscos, ou seja, aqueles que rotineiramente vêm sendo alvos de catástrofes climáticas (item 232.2 deste Relatório);

9.6. ratificar a recomendação ao Ministério da Integração Nacional que implemente e regule o Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil, consoante previsto no inciso VIII, e nos §§ 1º e 2º do art. 6º da Lei 12.608/2012 (item 270.1 deste Relatório);

9.7. ratificar a recomendação para a Secretaria Nacional de Defesa Civil e para o Ministério da Integração Nacional, com fulcro no art. 250, III, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, para que avalie a conveniência e a oportunidade de realização de eventos de capacitação dos gestores estaduais e municipais quanto ao uso do Cartão de Pagamento de Defesa Civil (item 254 deste Relatório);

9.8. determinar à Casa Civil da Presidência da República, ao Ministério da Integração Nacional e ao Ministério das Cidades que informem a este Tribunal, por intermédio da Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex-RJ), no prazo de 90 dias a contar da ciência do presente Acórdão, as providências adotadas para o atendimento das recomendações, que visam à plena implementação, no estado do Rio de Janeiro, das ações inerentes ao Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, conforme previsto nas Leis 12.340/2010 e 12.608/2012 (item 304 deste Relatório);

9.9. encaminhar cópia do presente Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, bem como do Relatório de Levantamento à peça 27 e da Decisão à peça 30, para

- 9.9.1. a Casa Civil da Presidência da República;
- 9.9.2. a Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro;
- 9.9.3. o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro;
- 9.9.4. o Ministério da Integração Nacional; ao Ministério das Cidades;
- 9.9.5. a Secretaria Nacional de Defesa Civil;
- 9.9.6. o Governo do Estado do Rio de Janeiro;
- 9.9.7. a Secretaria de Estado de Defesa Civil do Rio de Janeiro;
- 9.9.8. o Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro;
- 9.9.9. a Secretaria de Defesa Civil do Município de Nova Friburgo/RJ;
- 9.9.10. a Secretaria Municipal de Proteção e Defesa Civil do Município de Petrópolis/RJ
- 9.9.11. a Secretaria Municipal de Defesa Civil do Município de Teresópolis/RJ
- 9.9.12. as Prefeituras Municipais de Angra dos Reis, Barra Mansa, Mangaratiba, Niterói, Nova Friburgo, Petrópolis, São Gonçalo e Teresópolis;
- 9.10. levantar a chancela de sigilo dos presentes autos;
- 9.11. arquivar os presentes autos.

10. Ata nº 9/2014 – Plenário.

11. Data da Sessão: 26/3/2014 – Extraordinária de Caráter Reservado.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0760-09/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

(Assinado Eletronicamente)
AROLDO CEDRAZ
na Presidência

(Assinado Eletronicamente)
RAIMUNDO CARREIRO
Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)
PAULO SOARES BUGARIN
Procurador-Geral